

MUNICÍPIO DE LAGOA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 12/2022-----

-----Sessão Ordinária-----

-----28 de setembro de 2022-----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista

Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
André Gonçalo Lamy Marcos	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou as boas-vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 28 de setembro que teve lugar no Auditório Carlos do Carmo de Lagoa, como habitualmente têm tido lugar as últimas sessões da Assembleia Municipal, excetuando a última Sessão Extraordinária que teve lugar no Convento de São José por indisponibilidade daquele primeiro espaço. Saudou o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e os senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistiam à transmissão em direto da sessão através do YouTube e do Facebook do município de Lagoa, bem como da plataforma digital da Lagoa TV, agradecendo aos técnicos e demais colaboradores do município que os assistiram tecnicamente na sessão assegurando as necessárias condições técnicas, operacionais e de funcionamento, bem como a transmissão em direto da sessão. Como habitualmente, fizeram-se as normais advertências para que se desligassem os telemóveis ou que fossem colocados em modo silêncio, por forma a não intervir no normal funcionamento da sessão nem na sua transmissão em direto. Informou-se que a sessão seria gravada em suporte vídeo e áudio, sendo a gravação posteriormente publicada no site da Assembleia Municipal de Lagoa e no YouTube do município. Os cidadãos participantes na sessão deveriam, no início da sua alocução, autorizar a Assembleia Municipal de Lagoa a gravar a sua intervenção em suporte áudio e vídeo, bem como utilizar o respetivo registo de som e/ou imagem para efeitos de transmissão em *streaming* e ulterior divulgação em plataformas

eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação, de acordo com o regime de Proteção de Dados. Não era permitido o registo de som e/ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, exceto naturalmente aos Órgãos de Comunicação Social. Feitas aquelas considerações, declarou-se aberta a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2022.-----

I – Período de Intervenção dos Cidadãos;

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou haver duas inscrições, uma delas previamente feita na Sessão Extraordinária de 21 de setembro, mas cujo tema não se enquadrava na previsão regimental de quando se trata da Assembleia Municipal Extraordinária e que tinha naquela sessão a oportunidade de intervir e usar da palavra, a senhora Aida da Conceição Coutinho Lima, e também a cidadã Sara Vila. Começou por conceder a palavra à cidadã Conceição Aida da Conceição Coutinho Lima.----

-----No uso da palavra concedida, a cidadã Aida da Conceição Coutinho Lima realizou a seguinte intervenção: «Boa noite excelentíssimos senhores. Eu, no dia 8 de agosto de 2022, dirigi-me à Junta do Parchal, a funcionária perguntou-me qual o motivo que me levava à Junta, expus verbalmente a causa e que era sobre um terreno camarário situado por trás da minha casa, esta situada na encosta da Bela Vista, lote 27, terreno esse estando com ervas altíssimas, cheio de ratos, entrando estes pelo terraço, terraço esse que fica encostado ao dito terreno. Investi no Algarve, propriamente em Lagoa, uma casa com terraço para poder usufruir, para descansar, apanhar sol, até almoçar ou jantar nesse mesmo. Tenho que ter tudo fechado por haver ratos do tamanho de coelhos, mas grandes. Após dois dias da minha ida à Junta do Parchal recebi um telefonema com a informação de que a minha reclamação foi entregue em Estômbar. De Estômbar, após dias, telefonaram-me dizendo que a minha reclamação tinha sido encaminhada para a Câmara, onde iria receber resposta breve. Esperei até ao dia 20 de setembro de 2022. Não tendo resposta, dirigi-me à Câmara onde responderam não terem recebido nenhuma reclamação de Estômbar relativa a este assunto, dizendo que eu devia passar pela Junta de Estômbar e para perguntar onde se encontrava a minha reclamação. Lá fui eu a Estômbar e, como disse ao que ia, deram-me o comprovativo da minha reclamação e repetindo que foi entregue na Câmara. Enquanto esperava pelo comprovativo em Estômbar vi no placar da Junta um Edital dirigido aos proprietários das casas com terrenos, tendo que os limpar até 15 de maio, estando sujeitos a multas se não o fizessem. Pergunto a vossas excelências, os vossos terrenos não têm data definida, nem obrigatoriedade para limpeza? Dia 21, voltei à Câmara, já com comprovativo da dita reclamação, entregando à funcionária que, no dia anterior me dizia não ter entrado nada de reclamação na Câmara, comunicou com alguém e a resposta da funcionária propôs-me fazer uma exposição do problema para que, como de costume, para ir para dentro de uma gaveta. Respondi que não queria a exposição, mas sim ir assistir à Assembleia Municipal. Apontaram o meu nome, dizendo que a Assembleia era no Convento de São José e que começava às 20h45m. Quando lá cheguei, fui informada de que estava errada e que não ia poder falar nessa Assembleia, pois não era para estes assuntos. Desculpem, onde está a responsabilidade do funcionalismo da Câmara? Fiquei assistindo à Assembleia, mesmo não podendo falar, mas podendo ouvir e fiquei completamente chocada. Uns dos temas mais fortes foram as crianças, sempre as nossas crianças informando aplicar um pouco do orçamento para bem das nossas crianças. Como é possível as escolas no Parchal são de um lado da rua, do outro encontra-se o vosso terreno, e estando cheio de ratos, não têm

preocupação com a saúde pública, nem com as vossas crianças, mesmo muito perto dos ratos? No ano passado, telefonei a um Vereador, nessa altura responsável por vários trabalhos, um deles a limpeza de terrenos, e pedi a limpeza desse terreno pondo ao corrente das ratazanas que aí permaneciam e ele respondeu-me não ter pessoal. Dias à frente mandou limpar, dizendo-me que era um espaço morto, não valendo o trabalho. Esse Vereador já não se encontra no Executivo. Comprei, no início das construções, e nunca vivi nesse terreno mantendo-se sempre assim. Meus senhores, vocês não se esquecem duas vezes no ano da vinda do IMI debitado pela Câmara, onde o envelope está bem visível, Imposto Municipal sobre Imóveis. Duas semanas atrás, logo de manhã, ouvi cortando ervas, fiquei contente, fui ver, pensando ser a limpeza do dito terreno e, para o meu espanto, cortavam as ervas no final dos prédios. Pergunto: será que o início não pertence a ninguém? Tirei fotos à porcaria desse mesmo terreno, por baixo do parque de estacionamento das escolas, esse feito há poucos anos, vedado com árvores talvez para não ser visto o espaço morto. O senhor Vereador depois de ter saído do Executivo, o Presidente do Executivo continua com a mesma forma de pensar e agir. Gostava de ter da vossa parte uma resposta mas, mais importante, uma boa solução. Tenho as fotos que em minha posse para comprovar tudo aquilo que aqui expus e estando ao vosso dispor. Muito obrigada.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e solicitou que a cidadã autorizasse expressamente para se efetuar a gravação da sua intervenção, bem como a sua divulgação posterior.-----

-----Retomou a palavra a cidadã Aida Conceição Coutinho Lima concedendo a autorização em causa.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, em seguida, passou a palavra à cidadã Sara Vila.-----


-----Tomou a palavra a cidadã Sara Vila e proferiu a seguinte intervenção: «Boa noite. Em primeiro lugar, quero informar que concedo autorização para filmar e divulgar imagem e som. Boa noite a todos os que estão aqui presentes e aos que nos veem lá em casa. Eu tenho uma questão muito simples e prende-se com a alimentação na escola. Vou falar das crianças, novamente das nossas crianças. No passado dia 15 de setembro, foram as reuniões, neste caso na Escola Primária do Parchal, onde anda a minha filha e durante a reunião falamos nos lanches escolares e os lanches escolares serão pão com manteiga como foram no ano passado. E eu não quero dizer que sou contra o pão ou que sou contra a manteiga ou que não gosto de pão com manteiga porque gosto de pão com manteiga, mas não gosto de comer pão com manteiga todos os dias e eu gostava de deixar uma questão para saber se seria possível, em conjunto com nutricionistas, que fosse dado às crianças outro tipo de lanche. Existem outras soluções que podem ser variadas e que, provavelmente, trazem ou vão trazer mais dinamismo ao lanche das crianças.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas pelas cidadãs.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação cumprimentou os presentes e começou por responder à primeira questão que foi colocada pela dona Aida da Conceição Lima. Cumprimentou e agradeceu à cidadã a sua participação e contributo que deu para que possam melhorar o serviço que prestam aos cidadãos e felicitou-a pela escolha em viver naquele concelho magnífico e, acreditava, que iria

seguramente gostar imenso de viver ali. Naturalmente que a participação dos cidadãos é fundamental, pois confirmou tratar-se de um terreno que é municipal e, entretanto, tiveram oportunidade de averiguar, uma vez que a participação na anterior Assembleia não ficou em saco roto e tomaram a devida nota da intervenção e que serviu para, na presente semana, perceberem de que terreno se tratava, quem era o seu proprietário, se era efetivamente do município ou não e tomarem as medidas para saber o que estava a ser feito para se resolver o problema. Nesse sentido, afirmou que o património municipal é vasto e muito grande e, face à sua dimensão, nem sempre o Executivo, atual e anteriores, tem noção de tudo aquilo que é preciso fazer nesse património e, por isso, ser importante também a participação dos cidadãos no sentido de os alertar. E acrescentou que, mais importante do que se a questão se foi à Junta ou não, seria participar diretamente à Câmara. A cidadã disse que reportou primeira vez no dia 08/08/2002, mas assegurou que desde março de 2022, ou seja, quase seis meses antes, têm um procedimento que só agora terminou, para poderem intervencionar os terrenos como o da cidadã. Infelizmente, o Executivo não dispõe de meios que possam fazer intervenções de grande vulto nos terrenos municipais que possuem, pelo que têm que os contratar, fazer uma prestação de serviços e respeitar as regras da contratação pública, tendo que fazer um compromisso, lançar esse procedimento por Consulta Prévia ou por Concurso Público, dependendo dos valores conforme estipula a lei. E, depois, então, podem intervencionar. Naquele dia, recebeu a informação do responsável pela matéria de que terminara naquele dia o prazo de apresentação das propostas para a contratação de serviços para resolver o problema daquele e de outros terrenos. Assim, muito em breve, assegurou que iriam intervencionar o terreno mencionado pela cidadã, um terreno que já foi intervencionado em tempos, que era um terreno que estava em terra batida e que, desde há algum tempo, é o parque de estacionamento que serve a escola. Aquele e outros terrenos que se encontram na mesma situação iriam, assim, sofrer intervenção, em breve. Relativamente à intervenção da cidadã Sara, que também cumprimentou e a quem agradeceu o seu contributo, passou a palavra à senhora Vereadora da Educação por ser conhecedora da matéria. Disse ainda que a questão da alimentação na escola era uma questão que o município era uma referência até no Algarve, pois existe um projeto com nutricionistas que acompanham e têm a Ementa Única que é, de facto, uma enorme mais-valia no sentido de melhorarem as condições que oferecem às crianças de Lagoa em termos de alimentação.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora da Educação, **Ana Martins**, que, depois de cumprimentar os presentes, agradeceu a participação da cidadã que lhe dava a oportunidade de explicar o contexto em que a situação ocorre. Como era sabido, os municípios e o Agrupamento têm, em conjunto com os Encarregados de Educação, um papel fundamental no desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis, onde se inclui a alimentação. O município e os agrupamentos têm-nos demonstrado ao longo dos anos, fornecendo refeições saudáveis e indo também de encontro ao gosto das crianças. E, sabendo que nem todas as crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo levam lanches para a escola, estabeleceram aquela oferta. Às crianças que desejarem, pois há outras crianças que levam lanches de casa à luz da manhã lanche da tarde, e que assim o desejam, efetivamente, aquilo que disponibilizam é pão com manteiga, leite branco e, duas vezes por semana, fruta, a qual se iniciar-se-ia na semana seguinte. Explicou ainda a razão pela opção do pão com manteiga e que se prende com vários fatores. O primeiro era o facto de ser uma solução que agrada à maioria das crianças e a outra porque assim também reduzem as questões das intolerâncias e das alergias alimentares, pois nem todas as crianças podem comer queijo, ou fiambre de aves, quer de peru, quer de frango, porque o de porco não é aconselhado ser fornecido. Faz parte das normas dos buffets e dos



lanches escolares. Garantem, assim, a questão da segurança alimentar, pois trata-se de uma solução menos perecível, o pão é disponibilizado durante a manhã, nem todas as crianças o comem no período da manhã e assim estava também disponível para aqueles que o desejarem comer no período da tarde. São, assim, a solução nutricional mais adequada, uma vez que, como não é muito adequado fornecer pão com manteiga e queijo, ou pão com manteiga e o respetivo fiambre. Pelo exposto, considerava ter ficado bem claro para todos que não era uma medida economicista, mas sim uma forma também de ir ao encontro das necessidades, quer das crianças quer das famílias. Aproveitou ainda para agradecer a todos e todos os assistentes operacionais que operacionalizam aquelas medidas porque, logisticamente, não era fácil nas escolas e que todos os dias trabalham em prol do bem-estar das crianças.-----

II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

-

- **Leitura do expediente-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal e que foi enviado no período compreendido entre a Sessão Ordinária de 29 de junho e a presente Sessão de 28 de setembro, tendo sido remetido ao final da tarde via e-mail para aos senhores Deputados Municipais, pelo que se presumiu que fosse dispensada a leitura do expediente.-----

- **Substituição de Deputados e Vereadores Municipais-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu nota das seguintes substituições: o senhor Deputado Municipal Nelson André Barroso Fernandes foi substituído pelo Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita, o senhor Vereador Francisco José Malveiro Martins foi substituído pelo senhor Vereador Nuno Diniz da Encarnação Amorim que, por sua vez, foi substituído pela senhora Vereadora Rita da Conceição Rocha do Ruivinho, o senhor Vereador Mário José Vieira foi substituído pelo senhor Vereador Cesário Miguel Santos Duarte de Belém que, por sua vez, foi substituído pela senhora Vereadora Eunice Cristina Barroso Sobreira Reis, que foi substituída pela senhora Vereadora Carla Olímpia Eustáquio Pires Guerreiro que também foi substituído pelo senhor Vereador André Gonçalo Lamy Marcos a quem, por ser a primeira vez que participava nos trabalhos, saudou.-----

- **Aprovação das Atas das Sessões anteriores-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se, relativamente à ata n.º 8/2022, referente à primeira reunião da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2022, alguns dos senhores Deputados Municipais tinha algum reparo ou correção a apontar. Não se tendo observado qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Em relação à ata n.º 9/2022, relativa à reunião da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2022, perguntou-se se haveria algum reparo na ausência dos mesmos, avançaram com o processo de votação da ata que foi, igualmente, aprovada por unanimidade.-----

- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou terem dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal de Lagoa, dentro do prazo regimental, duas moções ambas apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU designadas “Pelo Hospital Central do Algarve” e “Pela tomada de medidas urgentes para combater o aumento do custo de vida”, que foram admitidas pela Mesa à discussão e votação. Também deram entrada nos serviços da Assembleia Municipal, no dia 27 de setembro, pelas 15 horas e 22 minutos, uma moção e três recomendações, todas apresentadas pelo Grupo Municipal do Chega, que não foram admitidas pela Mesa para discussão e votação por serem extemporâneas, pois deram entrada nos serviços 6 horas e 22 minutos depois de ter expirado o prazo regimentalmente previsto para a sua apresentação, e que é às 9:00 do dia útil anterior ao início da sessão, ou seja, devia ter sido apresentado até às 9:00 de terça-feira. Aliás, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 2 da alínea d) do Regimento. Do despacho de não admissão foi notificada a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal do Chega. Realçou, assim, a máxima atenção às normas regimentais pois não podem abrir exceção por muito interesse que, eventualmente, tenham aqueles instrumentos regimentais, moções, recomendações ou votos. Tratando-se de uma determinação regimental era importante que se observassem as regras, sob pena de ficarem prejudicadas discussões que poderiam ser de interesse. Por outro lado, também em relação o ficheiro que foi apresentado relativamente à moção, advertiu-se que não se conseguiu abrir o mesmo, dando-se nota à senhora Deputada Municipal e apelou a que se utilizassem ficheiros que qualquer pessoa pudesse abrir e tomar conhecimento do seu teor. Assim, e uma vez que apenas foram admitidas as duas moções da CDU, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita para apresentação da primeira moção “Pelo Hospital Central do Algarve”.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** cumprimentou os presentes e apresentou a seguinte moção: «O Hospital Central do Algarve é, há mais de 20 anos, um projeto continuamente adiado. Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que aliás está em consonância com o assumido pelos vários governos, não se compreende por que ainda não avançou. Pretende-se com este equipamento dotar o Algarve de uma resposta com elevado grau de competência para prestar cuidados de saúde de qualidade numa região de reconhecida atracção turística. Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica, o Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade. Em 2005, respondendo a uma pergunta formulada pelo Deputado José Soeiro, na Assembleia da República, sobre a construção do Hospital Central do Algarve, o Governo informou que «O Ministério da Saúde já comunicou que serão cumpridas as promessas eleitorais». O projeto percorre os governos do PSD e PS, e a 3 de maio de 2008 o governo PS anuncia o lançamento da obra para 2009, e a sua conclusão durante o ano de 2012. O pleno funcionamento estava reservado para 2013. Contudo, nada foi feito e ao contrário do que se perspectivava a obra não avançou. Em 2011, o governo PSD/CDS-PP voltava a afirmar o Hospital Central do Algarve como uma prioridade nacional, ao mesmo tempo que lhe negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição. Em Maio de

2013, era criado o Centro Hospitalar do Algarve (CHA), o que decorria apenas da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí viesse a resultar qualquer melhoria da prestação de cuidados de saúde à população. Em 2016, sob o governo PS, a construção do novo Hospital do Algarve não conhece quaisquer avanços, e deixa de ser uma obra prioritária. O governo limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte. A 29 de Junho de 2018, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução nº 1638/XII/3ª – «Pela célere construção do Hospital Central do Algarve», da autoria do PCP, que daria origem à Resolução da Assembleia da República n.º 247/2018 - «Recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde públicos na região algarvia». O governo por seu lado, nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República. A 26 de Novembro de 2021, a Assembleia da República aprovou o Projeto de Resolução nº 1515/XIV/3ª, da autoria do PCP, que deu origem à Resolução da Assembleia da República nº 371/2021 de 28/12/2021. O PCP e a CDU têm acompanhado com muita preocupação a ausência ou insuficiência de respostas na prestação de cuidados de saúde na região do Algarve. Os contactos com a população e profissionais de saúde, e as incontáveis visitas que temos promovido com o objetivo de conhecer em detalhe as condições em que são prestados cuidados de saúde não deixam margem para dúvidas quanto à sua necessidade, tendo o PCP e a CDU intervindo sempre na procura de soluções. Ainda recentemente, foi proposto no âmbito do Orçamento do Estado para este ano, a transferência de verbas para a revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades para a construção do Novo Hospital Central do Algarve. Tal proposta viria a ser rejeitada. Se o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem servido de propaganda ao governo, se destina a implementar um conjunto de reformas e de investimentos, verificamos que o Novo Hospital Central do Algarve não consta da componente reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Defendemos o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal, em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia. A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento. Nestes termos, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagoa reunida em 28 de setembro de 2022, delibere: 1 – Exigir o cumprimento da Resolução da Assembleia da República nº. 371/2021, de 28/12/2021, que recomendou ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a Construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão. 2 – Enviar esta deliberação para: Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo e Comunicação Social.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e declarou abertas as inscrições para o uso da palavra, tendo a mesma sido concedida ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita, cumprimentando os presentes e deixou duas notas: uma era a de que a luta para que haja um Hospital Central do Algarve não é uma luta de partidos, mas sim uma luta dos algarvios e a segunda nota era a de que registavam com prazer, porque embora de facto nas moções aquilo que se vota seja a proposta da moção, por vezes, o conteúdo da mesma a nível introdutório cria problemas a essa votação e, naquele caso, ainda que referindo alguma inação do PSD, tudo o que dizia eram factos e embora haja a nota ideológica do público exclusivo, o que consideravam relevante é que haja um bom Hospital Central do Algarve. A gestão do mesmo seria algo para se ver depois qual seria a melhor, mas por se debaterem pelo Hospital Central, por ser um desígnio de todos e algo de que a região informou que o PSD votaria

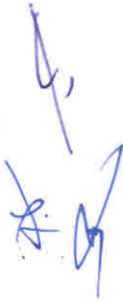
favoravelmente aquela emoção, porque considerava que todos os esforços, todos os recados e todas as mensagens que possam dar em nome e para que haja um Hospital, devem ser feitos e, não havendo nada que os belisque de particular maneira, iriam votar favoravelmente.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.--

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro, cumprimentou os presentes e referiu terem lido com atenção aquela moção pois, tal como tinha dito o senhor Deputado Municipal do PSD, acompanham a luta dos algarvios e o Grupo Municipal do PS nunca se demitiu de tal, bem pelo contrário, os seus deputados na Assembleia da República têm debatido aquele assunto junto do Governo para que tenham um Hospital Central do Algarve. Aliás, no plano do orçamento de Estado do presente ano, no seu artigo 213.º diz “novo Hospital Central do Algarve até ao final do terceiro trimestre de 2022, o Governo adota as diligências necessárias que assegurem o procedimento para a construção e equipamento do novo edifício do Hospital Central do Algarve, assumindo um modelo contratual mais célere para a concretização da obra que concilie o princípio de viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, com o critério de imperiosa urgência e necessidade para a qualidade da assistência prestada à população da região”. Assim, o Governo atual, o Governo do Partido Socialista estava preocupado com os algarvios, sendo aquela referência orçamental uma evidência disso mesmo. Afirmou, depois, que até acompanhariam e votariam favoravelmente aquela moção, contudo, não podiam, contrariamente e muito os estranhava quando concorda com todo o conteúdo que a moção apresenta, a começar pelo procedimento necessário para a construção do Hospital Central do Algarve garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão. Não podiam, assim, concordar com aquela imposição ao Governo. O Governo, na sua lei do orçamento de Estado, prevê um modelo que seja mais célere e se havia algo que os estranhava era o facto de estarem a condicionar essa celeridade. Assim, deixavam aquela preocupação, gostavam muito e acreditam que, daquela vez, irão ter o arranque para a construção do Hospital Central mas, caso não houvesse da parte do Partido Comunista e da CDU, a remoção daquela ideia, não podiam votar favoravelmente aquela moção. Fariam uma declaração de voto, pois estão todos pelos algarvios, querem todos um Hospital Central, mas não podem dali condicionar o Governo quanto ao modelo de financiamento e de gestão do novo Hospital Central.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos cumprimentando os presentes declarou que um novo Hospital no Algarve era, sem dúvida, um investimento necessário na região. Conforme prometido pelos últimos governos, atualmente, o Hospital Central do Algarve já deveria estar edificado, mas para funcionar haveria a necessidade de admitir pessoal porque o edifício sem pessoal nada resolve. Contudo, existe a urgência da construção do novo Hospital para poderem responder às necessidades dos que ali moram, assim como aqueles que os visitam, tal como o Bloco de Esquerda tem reivindicado que também apresentou na Assembleia da República um projeto de resolução, o qual foi aprovado propondo ao Governo que iniciasse os procedimentos considerados necessários para a construção do Hospital Central do Algarve e o Governo não cumpriu o que foi aprovado no Parlamento.-----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo observado mais inscrições para o uso da palavra, procedeu-se à votação da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, “Pelo Hospital Central do Algarve”, tendo sido rejeitada com quinze (15) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista, uma (1) abstenção do Chega e oito (8) votos a favor, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU. Deu-se nota de que a declaração de voto do Grupo Municipal do PS seria enviada aos serviços da Assembleia Municipal e, posteriormente, distribuída pelos senhores Deputados Municipais para dela tomarem conhecimento. Em seguida, foi passada a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita para apresentação da moção “Pela tomada de medidas urgentes para combater o aumento do custo de vida”.-----


-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** apresentou a moção tal como se transcreve: «A presente sessão desta Assembleia decorre numa altura em que se assiste a uma escalada exponencial do aumento do custo de vida. A inflação atingiu em agosto 6,9% (valor mais alto desde finais de 1992) e, se contabilizarmos entre esse mês e Agosto de 2021, então aí o aumento foi de 9%. A medida recentemente aprovada pelo Governo de atribuir uma prestação única e isolada no valor de 125€ para trabalhadores que auferiram salários até 2.700€ não chega sequer para cobrir metade da perda do poder de compra do presente ano. As dificuldades dos trabalhadores e do povo contrastam com os lucros que não param de crescer, desde ainda antes da epidemia da COVID-19. A título de exemplo, os lucros de algumas das maiores empresas a operar em Portugal, nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com o ano de 2020 (em euros): Jerónimo Martins +324M, SONAE +158M, EDP +510M, Galp +327M, principais bancos +100M, NOS +30,5M, Altice Portugal +550,7M. Já no primeiro semestre do presente ano os lucros dispararam: veja-se, por exemplo, que “Lucros do PSI dispararam 86% no segundo trimestre à boleia da inflação”, como noticia o jornal ECO (4-08-2022). Já em março deste ano o mesmo jornal noticiava que “Cotadas do PSI-20 pagam dividendos recorde. Entregam 71% dos lucros aos acionistas”. A guerra na Ucrânia e as sanções que a acompanham servem de pretexto – tal como a epidemia da COVID-19 o foi - para o grande capital continuar a especular, aumentando constantemente os seus lucros enquanto a maioria dos trabalhadores e do povo vê o custo de vida a aumentar, com as consequências que daí decorrem. É de registar que o próprio secretário-geral das Nações Unidas, no passado dia 3 de agosto, instou os governos a taxarem os lucros excessivos das petrolíferas, considerando “imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incríveis através dos mais pobres, com custos maciços para o clima”. Apelou a todos os governos que tributem estes excessos e apoiem os mais vulneráveis. É urgente a denúncia e o combate à inflação, à especulação e ao modelo de baixos salários atualmente em vigor em Portugal. A Assembleia Municipal de Lagoa não pode ficar indiferente e deve tomar uma posição clara sobre este flagelo, que acaba de colocar o nosso país na 8.ª posição na lista de países europeus com maior risco de pobreza ou exclusão social. Pelo que a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagoa reunida em 28 de setembro de 2022, delibere instar o Governo a tomar medidas urgentes para combater estes problemas, nomeadamente: 1 - Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos, de forma a distribuir a riqueza que em Portugal se produz de forma mais justa; 2 - Combater o aumento do custo de vida, aumentando os salários e pensões de forma a repor o poder de compra absorvido pela inflação; 3 - Fixar preços máximos de bens considerados essenciais, tais como eletricidade, gás ou combustíveis; 4 - Fixar tetos máximos para a atualização de rendas; 5 - Dar conhecimento desta Deliberação ao Governo e à Comunicação Social.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e abriu o período de inscrições e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita registou, por um lado, haver quem se preocupa minimamente com a economia e a vida de todos e de cada um, pelo que não podia deixar de estranhar os benefícios que algumas empresas estão extraordinariamente a receber e que, portanto, deveria de haver, se não existe voluntário e não podendo confiar que o haja necessariamente de forma voluntária, definir alguma forma dessa comparticipação. E, ponderando na lógica do sentido desta exigência parece ter algum sentido com dois pressupostos: um, porque de facto, tal tem sido dito pelo Governo português, fazia sentido que seja num quadro e numa lógica Europeia, porque obviamente se alguns Estados resolverem penalizar determinado tipo de lucros obtidos e outros não, os que não penalizarem favorecerão sempre as empresas desses Estados e não se podiam esquecer que, na União Europeia, vivem dentro de um quadro do mercado único onde as grandes empresas também competem entre si. Considerava, assim, que terá que haver um enquadramento europeu para fazer sentido essa tributação, mas que nesse quadro tem sentido e tem sentido por uma coisa que, às vezes, têm que ser sinceros e honestos, os empresários esquecem-se porque em momentos de crise e de problemas apela-se normalmente à participação do Estado, à compreensão do Estado e à ajuda do Estado como até, muito recentemente aconteceu, no período da Covid em que, de facto, as empresas beneficiaram de condições especiais facultadas pelo Estado, nomeadamente nos *lay offs*. Acrescentou ainda que sem que as empresas se tenham empenhado ou tenham feito um esforço particular, o que resulte da atividade própria desse lucro extraordinário fazia sentido da mesma forma em que foi agradável receber e ter apoio quando era difícil, contribuir extraordinariamente quando havia essa situação. Assim, nesse enquadramento, parecia-lhes fazer sentido exigir isso, com aqueles dois pressupostos mencionados. Quanto a outras medidas ali referidas, o dos aumentos das rendas era óbvio, o Governo já o disse e tem que ser definido efetivamente um teto para esses aumentos, e depois encontrado um mecanismo de compensação para os senhorios, porque não são todos ricos nem vivem faustosamente, mas tinha que haver alguns mecanismos. Assim, com aquela ressalva e conforme a declaração de voto que fariam no final, iriam votar favoravelmente a moção da CDU.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos dizendo que, relativamente à moção apresentada não iria comentar exatamente o seu conteúdo, de uma forma objetiva, relativamente às propostas que a CDU apresenta, exatamente por não saber se tal tinha sido apresentado também na Assembleia da República, porque são medidas que eventualmente podiam fazer parte de alguma proposta apresentada ao Governo e disse não saber. Caso não tenha sido, tinha dúvidas se aquele seria o local ideal para fazê-las. Acrescentou ainda que, perante aquela moção, o Governo já apresentou uma proposta, um pacote de medidas que era do conhecimento de todos, no valor de 4 000 milhões de euros, se bem que na proposta se fale apenas nos tais 125 EUR de forma pontual. Também desejava que fosse mais, analisando, por exemplo, a prestação da habitação em que paga mais 50€ por mês, mas não vai culpar António Costa porque a Euribor sobe ou que, eventualmente, a taxa de referência do Banco Central Europeu sobe. Como tal gostaria que lhe dessem 600,00€ mas não



era possível e, como tal, pensava que aquela proposta foi apresentada pelo Governo, com aquele pacote de medidas não chega, não pode satisfazer toda a gente, mas era um conjunto de medidas que, equiparando com as propostas que foram apresentadas por outros países da Europa, era muito próxima, acautelando naturalmente a densidade populacional de cada um dos países e os rendimentos que aí são auferidos. Referiu ainda que apesar de se notar a preocupação em falar-se nos problemas que advêm da guerra na Europa e da pandemia, era no sentido de que o Governo estava a arranjar uma desculpa para os problemas que existem, e não era desculpa, mas sim uma realidade. Todos sabiam aquilo que aconteceu relativamente aos últimos dois anos de pandemia e os problemas que advêm da guerra na Europa ali tão perto. Por outro lado, disse ainda que, naturalmente, quem decide e quem apresenta aquelas propostas considera que são as mais justas, pode até considerar, como ele próprio considera, que se poderia ir mais além, mas era natural que também que não se pensasse, quem está na oposição, que não sejam justas. Naturalmente que esse era o papel e respeitam, pois quem está na oposição pode querer sempre mais, e isso era legítimo. De qualquer das formas, acreditam que aquilo que foi apresentado pelo Governo era aquilo que era possível naquele momento. Para 2023 existem já outras propostas, nomeadamente o aumento das pensões, sendo que atualmente o país não pode comportar outro tipo de propostas muito mais ambiciosas do que aquelas que foram apresentadas. Assim, e face ao exposto, indicou que a bancada do Partido Socialista votaria contra a moção apresentada pela CDU.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho declarou que, ao contrário da moção anterior, não iriam acompanhar com o voto favorável à moção. Independentemente de ela conter algumas propostas com as quais se identificam, nomeadamente quando se refere ao imposto extraordinário aos grandes lucros dos grandes grupos económicos, a moção tinha também um sabor amargo, porque desloca o foco da discussão apenas para medidas de âmbito nacional e disse que gostaria que a CDU e outras forças políticas que apresentam aquele tipo de moções, que se focassem nos assuntos concretos no concelho e fizessem propostas, naquela matéria, para medidas no concelho, uma vez que a discussão nacional era uma discussão que ficava aquém daquilo que podiam fazer no concelho. Assim, considerava que ali não tinha grande impacto, nem grande efeito, deixa um amargo de boca e, por isso, não acompanhariam com um voto favorável uma moção daquele teor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos afirmou estar-se a atravessar momentos muito difíceis das vidas, principalmente os mais vulneráveis que sentem e sentirão as grandes dificuldades de pagarem as suas despesas mensais inevitáveis. O custo de vida subiu exponencialmente de uma forma que os salários que auferem não chegam e não chegarão para suportar. Os alimentos, a eletricidade, o gás, os combustíveis a habitação, os juros atingiram valores insuportáveis para aqueles que recebem o ordenado mínimo ou pouco mais do seu trabalho e, talvez, o pior ainda esteja para vir. O Governo terá que atuar o mais rápido possível, colocando tetos máximos em alguns bens essenciais, terá de encontrar formas de evitar a fome e a pobreza no seio da população, evitar

penhoras de casas de habitação própria, como despejos. Os salários, principalmente, os mais baixos e as prestações sociais terão minimamente que acompanhar a inflação.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e não se tendo registado mais inscrições para o uso da palavra na discussão da moção, procedeu-se à votação da mesma. A moção apresentada pela CDU foi, assim, rejeitada com dezoito (18) votos contra, quinze (15) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, uma (1) abstenção do Chega, cinco (5) votos a favor, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita para apresentar a seguinte declaração de voto: «O nosso voto é condicionado ao entendimento das medidas dentro de uma lógica de decisão europeia, de modo a não prejudicar as empresas portuguesas no quadro do mercado único europeu, mas sobretudo nos setores que registam lucros anormais e não decorrentes de esforço, empenho ou atividades próprias, faz sentido um contributo extraordinário da mesma forma que em períodos de crise essas empresas beneficiaram de apoios extraordinários. Neste sentido, e com este alcance, e porque as restantes medidas também fazem sentido, votámos favoravelmente a proposta da CDU.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que se avançaria para a segunda parte do ponto e que era a apresentação e discussão de assuntos gerais do interesse do concelho. Como nota prévia, informou que deram entrada nos serviços da Assembleia os mapas de suporte ao protocolo de colaboração com a Ensinar a Sorrir - Associação Solidária de Apoio às Famílias por desenvolvimento da componente de apoio à família nos agrupamentos de escolas do concelho de Lagoa no ano letivo de 2022/2023, que integrava a documentação do ponto Quarto da Ordem de Trabalhos da Sessão Extraordinária de 21 de setembro de 2022, que a senhora Vereadora Ana Martins se comprometeu a remeter. Os documentos foram distribuídos naquele dia pelos serviços da Assembleia Municipal aos senhores deputados municipais, pelo que se tratava de um bom sinal e de que, efetivamente, palavra dada era palavra honrada. Em seguida, declarou abertas as inscrições e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto cumprimentou os presentes e declarou que aquela era uma intervenção que gostaria não ter que a fazer, mas como era sua obrigação como Deputado Municipal chamar a atenção dos responsáveis pelo município para aquilo que entendia ser um comportamento errado ou prejudicial à vida pública do concelho, referindo-se às obras de desassoreamento no estuário do Rio Arade frente a Ferragudo, para alargamento do canal de manobra de navios com calado e comprimento superiores ao aquele atualmente possível. Passar-se-ia de uma bacia de 500m em vez dos atuais 355m, a uma profundidade de 10m e que permitisse receber navios com 273m de comprimento em vez do atual limite de 210m. As instituições de Lagoa, a Junta de Freguesia de Ferragudo, a Câmara Municipal e aquela Assembleia entenderam que aquelas obras prejudicavam Ferragudo e o concelho e, por isso, estiveram contra as mesmas e expressaram essa opinião de várias formas, como todos se lembrariam dos acontecimentos: No dia 1 de julho passado, a Agência Portuguesa do Ambiente emitiu uma declaração de impacto ambiental favorável ao projeto que visa criar as condições que permitam que a bacia de manobras do porto comercial de Portimão possa ser utilizada por navios de cruzeiro ainda maiores, passando do limite atual das embarcações de 210m para 273m. No dia seguinte, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo veio declarar-se “indignado e de luto

por essa decisão” e o senhor Presidente da Câmara afirmou também “não estar convencido da bondade do projeto”. A seguir, o senhor Presidente da CCDR Algarve achou que deveria vir à Comunicação Social declarar positiva a emissão daquela declaração de impacto ambiental, permitindo a realização das dragagens que apenas tem como condicionante o levantamento arqueológico subaquático e esclareceu ainda, e esse era o problema, que houve um documento conjunto assinado pelos Presidentes das Câmaras das Assembleias Municipais de Lagoa e Portimão e pela Junta de Freguesia de Ferragudo, apesar da assinatura no documento ser a do anterior Presidente da Junta, o que também carecia de explicação, e nesse documento era declarado um interesse estratégico que o porto tem para a região e, sem esse acordo, o projeto não teria viabilidade. Assim, as interrogações da sua bancada eram em relação aos senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara e da Junta de Freguesia e se teriam mudado de opinião, o que seria ótimo, ironizou. Já Mário Soares dizia que só os burros é que não mudam de opinião. Mas pediu que lhe explicassem, pois se as condições da obra não mudaram e depois de um acordo que, supunham, foi voluntariamente assinado e sem o qual não haveria a famosa declaração de impacto ambiental e, conseqüentemente, não haveria aquela obra de dragagem do Arade que não desejavam, vinham declarar-se indignado e de luto, ou que não se acredita no projeto, requeria pelo menos alguma explicação. Salvo melhor explicação, só encontrou duas possibilidades: ou obediência cega à hierarquia do partido e à revelia dos interesses da população ou hipocrisia pura, dizendo em público uma coisa e depois fazer outra. Em qualquer dos casos, acreditava que a Assembleia merecia uma explicação e até um pedido de desculpa pelas posições que tomaram no passado e que foram descartadas sem nenhuma explicação.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou que tentaria ser breve e começou por agradecer o envio dos documentos e o cuidado de terem sido enviados antes da realização da presente sessão. Assumiu que iria ser chato, porque a primeira vez que falou naquele assunto fazia, exatamente, cinco anos, nem mais nem menos, e que era o nome para as ruas da urbanização da Fazenda Grande. Há cinco anos que chateia com aquele assunto e as ruas continuam sem nome e sempre se debateu por nome daquelas ruas, por pensar que era do interesse de todos os que lá vivem terem essas ruas com nomes. No mês passado, tocou à sua porta porque a sua mãe vive na urbanização com a sua irmã, caiu, foi preciso chamar a ambulância e o seu cunhado teve que sair de casa para ir à igreja, onde a ambulância estava à espera, porque não fazia a mais pálida ideia onde era a casa da sua irmã. Aquela situação não fazia sentido nenhum, era uma aberração, trata-se de meia dúzia de ruas para se lhe arranjar uns nomes para as ruas terem uma denominação. Assim, já não aceitava explicações, exigia, sim, que se tomasse uma medida.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentou os presentes e disse ter alguns pontos para colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Em primeiro lugar, quanto às paragens de autocarro do concelho, verificou-se que em vários lugares, como Mato serrão, Sesmarias, Canada, Fosso Partido e Parchal, não têm qualquer tipo de proteção. Com a aproximação do tempo de chuvas, já começaram, estão


em setembro e espera-se que assim continue e que os próximos meses sejam de chuva, mas quem está a aguardar que o autocarro chegue, sejam idosos, jovens, seja quem for, vai apanhar com a chuva e seria bom haver uma salvaguarda para essas pessoas que lá estão. O segundo referiu prender-se com a limpeza de terrenos, tendo sido um tema já abordado por uma munícipe. Naquele caso não se tratava de terrenos da Câmara, mas sim os terrenos em geral, pois talvez fosse proveitoso ou aconselhável que fosse feita uma fiscalização dos terrenos que estão por limpar. Sabia que com a vinda das chuvas em muitos dos que estão limpos irão crescer maia erva e que irão ficar depois por limpar perto da época de verão, mas seria bom prevenir essa fiscalização o quanto antes, para evitar males maiores. Um outro ponto dizia respeito às coberturas de estruturas nas escolas primárias do concelho, porque as entradas para pátios e edifícios escolares estão completamente ao desabrigo. As crianças deslocam-se para a escola, chegam ao portão e até que cheguem ao edifício principal, andam à chuva. A sua preocupação era mais a chuva porque estavam mais próximos meses de inverno do que propriamente do verão e esse seria um dos pontos a colocar à consideração do senhor Presidente. Por último, fez referência e deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara porque falou na marcação de estradas na direção de Benagil, da praia da Marinha que estavam por marcar e já foram, entretanto, marcadas e deu os parabéns, pois julgava que se deve também dizer aquilo que é bem feito. Acrescentou ainda que alguns sinais de trânsito naquela estrada ou algumas delas permitem a ultrapassagem em curvas, o que lhe parecia um pouco perigoso, podendo vir a acontecer algum tipo de acidente, se houver ultrapassagens naquela zona. Por último, referiu que seria bom colocar em certos cruzamentos alguns sinais de stop, porque já viu alguns sinais de stop postos em placards de madeira ou de papelão, só para as pessoas se aperceberem que é cruzamento, porque o pessoal normalmente quando não está marcado chega lá e avança e depois avançam todos e depois acontece o que já aconteceu e que ela própria já presenciou.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos quis saber o ponto de situação da construção do silo de Ferragudo.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, Luís Filipe dos Santos Alberto, para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais.--

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, Luís Filipe dos Santos Alberto, cumprimentou todos os presentes e disse, sobre o alargamento do canal de navegação, haver três certezas para além de outras mais e, uma delas é que, na sua vida política, nunca foi carreirista e, quando promete faz, e por mais desentendimentos que possam ter tido no passado também sempre considerou as análises do engenheiro Alves Pinto com alguma pertinência, sensatez e equidade. Contudo, relativamente àquilo que fora explicitado, todos aqueles que leram os jornais somente e que não averiguaram mais o processo a fundo, e que ouviram as declarações do José Apolinário, foram enganados, se assim o quisessem, porque era isso que queriam os jornais. Os jornais e as declarações do José Polinário, Presidente da CCDR, falam num possível acordo que tem existido. Disse saber que nem todos têm tempo e às vezes disponibilidade para ir em determinados assuntos mais a fundo, mas deixou a indicação que seguiu no anexo junto ao número 1, no primeiro estudo de impacto ambiental, que veio a público, no AX2, reunião com entidades, e nesse anexo está o



referido documento de que o Doutor José Polinário fala, e que não é mais do que uma ata de uma reunião elaborada a 23/12/2020. Nessa ata da reunião não diz nada do que ele disse em entrevista pública e, praticamente as entidades todas que referiu, não assinaram essa ata. Portanto, foi assinado pelo Presidente da APS, pelo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e pela Presidente da Câmara Municipal de Portimão, não existindo qualquer Assembleia Municipal, nem a Junta de Freguesia de Ferragudo a assinaram. Ou seja, quem leu exclusivamente essa entrevista foi enganado taxativamente, pois não foi isso que aconteceu. No seguimento dessas palavras, mas anteriormente a isso a Junta de Freguesia reuniu-se em reunião extraordinária num domingo e fez chegar a sua posição relativamente àquela matéria e que continua a ser a mesma relativamente ao aprofundamento do canal. Fizeram chegar a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e aos seus Deputados também a ata e a disponibilização para uma reunião. Até à data ninguém lhes respondeu, portanto, um assunto local, qualquer um dos presentes que tenha assento a nível nacional, poderia ter focado e insistido com os grupos parlamentares, mas nem o seu partido nem os outros partidos que ali estão presentes o fizeram. Também teve o cuidado, para além dos grupos parlamentares, de enviar ao senhor Presidente da CCDR um pedido de reunião relativamente ao assunto e, até à data, não recebeu qualquer resposta. Indicou também que estavam a iniciar os trabalhos da Comissão que vai verificar a petição que foi efetuada, quer online, quer pessoalmente, sendo a única entidade que lhe respondeu até à altura, que a análise da petição que foi apresentada em devido tempo por particulares e que, atualmente, estava em nome da Junta de Freguesia de Ferragudo, estava para ser agendada. Afirmou que a posição da Freguesia de Ferragudo era apenas uma. Se não forem ouvidos naquela questão, irão colocar publicamente, como sempre disseram, não quer dizer que isso vá acrescentar muito mais ao processo, mas a palavra era única e irão em reunião pública de cidadãos colocar o cargo à disposição, bem como todos os elementos do Partido Socialista presentes na Assembleia de Freguesia. Ou seja, publicamente irão colocar esse cargo à disposição, apresentar a resignação se não forem minimamente ouvidos nessa decisão. Deram um prazo interno, até ao final do ano. Provavelmente, irão ter eleições em Ferragudo o mais breve possível, talvez para janeiro ou para fevereiro.-----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referiu querer pedir algumas informações ao senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, se haveria alguma pretensão da Câmara em apresentar à Assembleia, ou fazer ali chegar, os resultados da última FATACIL, ou um relatório com os dados, sejam eles das entradas e das saídas, dos expositores, ou seja, um relatório relativamente ao resultado económico da FATACIL. A segunda nota que fez foi a de ter registado com muito agrado a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, relativamente aos procedimentos que pretende adotar caso, efetivamente, o conjunto do município seja relegado para segundo plano, pelo que estava expectante já que a sua convicção era a de que aquela imposição sobre o porto do Rio Arade iria avançar, e estava com muita expectativa para ver aquilo que os autarcas do concelho irão fazer relativamente àquele assunto. Outra nota que deixou foi a de que não o surpreendia a intervenção do município da freguesia do Parchal relativamente aos procedimentos que teve que desenvolver relativamente a um problema que tem junto à sua casa, porque aquilo que mais o entristece era aquela bola de ping pong que o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Parchal brinda os seus fregueses, não sendo nada com

ele, era tudo com a Câmara, com a EDP, ou com os CTT ou com outra entidade qualquer. Tratava-se de uma desresponsabilização total e um tratamento desumano aos seus fregueses e isso entristecia-o porque sabia que os problemas, por vezes, são difíceis de resolver, mas a maneira desumana como se trata os fregueses, a maneira como se abandona o território é que já não o surpreendia, porque fazia parte do património do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Estômbar e Parchal.-----


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse que iria seguir o sentido inverso da forma como foram apresentadas as diversas questões, começando então pela intervenção do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Naturalmente, não iria fazer qualquer comentário relativamente à última intervenção, mas assinalou que o município tem canais próprios para registar os pedidos de intervenção, as reclamações e as sugestões que os munícipes fazem, pelo que recebem várias e que são conduzidas diretamente para o seu e-mail, aos quais tem o cuidado de responder a todos, encaminhando na mesma hora para os serviços respetivos, acompanhando depois a resolução do problema. Há problemas que são mais fáceis de resolver e outros que são mais complexos de resolver. Para além, disso continuam com *Smart City* a funcionar, que regista todos os pedidos feitos através desse instrumento, bem como todos os outros modelos que têm por forma a que os cidadãos possam fazer as suas reclamações/sugestões e até elogios, que também os há felizmente, e que naturalmente terão sempre resposta àquilo que lhes é solicitado. O mesmo aconteceria, naturalmente, com a questão que foi colocada no Período Antes da Ordem do Dia da Intervenção dos Cidadãos. Relativamente aos resultados da FATAFIL, assegurou que teriam todo o gosto em partilhar com a Assembleia esses mesmos resultados. Iriam fazer esse apuramento como fazem todos os anos, pois a equipa estava já a trabalhar nessa matéria, mas uma vez que a questão foi colocada disse que, de uma forma transversal e resumida, que foi uma excelente feira, os resultados preliminares são muito satisfatórios e já teve oportunidade de dizer publicamente que, mais do que os recordes ou do que os números, aquilo que foi verdadeiramente importante foi o terem sido capazes de eliminar os constrangimentos e os pontos fracos que eram apontados à FATAFIL, tendo em conta a importância que a mesma tem para Lagoa, para a região e para o país. Conseguiram eliminar as filas de espera nas bilheteiras de forma quase radical, monitorizaram cinco, dez minutos no máximo de filas de espera, as vendas online contribuíram muito para isso, foram capazes de reduzir as famosas filas na 125 que iam, para nascente, quase até Albufeira e, para poente, iam até Lagos. Desde 2014, em que organizaram a feira, foi a primeira vez em que não foi um dia à feira, que foi no dia da Bárbara Bandeira, e passou às 21:00 pela rotunda da Rosa dos Ventos e não havia um carro à espera e caso não estivesse a receber os números da feira, ficaria com a ideia de que, de facto, não estava ninguém na feira, porque não havia sequer uma fila de carros às 9 da noite mas, nessa altura, já tinham 17 500 pessoas dentro do recinto da feira. Faltavam cerca de 6 000 para que fosse a população toda de Lagoa lá dentro da feira. Pela primeira vez, não tiveram uma única reclamação no Livro de Reclamações, o que também foi extraordinário, e, mais importante do que os números e os recordes e todas essas coisas, que também ajudam para motivar as equipas e têm essa preocupação de continuar a fazer sempre o melhor, era, sobretudo, a conclusão a que chegaram de forma preliminar, antes de terem mais números, é a de que estão preparados para os desafios que o futuro lhes reserva e têm condições para continuar a



fazer crescer a feira e continuar a tornar a FATACIL a referência que é para Lagoa, para o Algarve e para o país. Relativamente à questão foi colocada em relação do Silo de Ferragudo, já ali teve a oportunidade de explicar que estão num momento decisivo do projeto porque, em função das dificuldades que têm com a questão do aumento dos custos das matérias-primas, há uma proposta de revisão de preço para a obra, com a possibilidade de aumento da capacidade de estacionamento, algumas dificuldades técnicas e estão na fase de, conjuntamente com os técnicos e com os juristas, apreciarem o projeto, a proposta que lhes foi feita e, assim que houver uma decisão relativa a essa matéria, terá todo o gosto em partilhar com a Assembleia, para além de ser uma obrigação. Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Lurdes Alemão, disse que iria verificar uma vez que não pretendem ter sinais em papelão até porque não era regulamentar, pelo que terão que verificar isso, assim como também todas aquelas questões que apontou sobre o trânsito, das quais se tomou devida nota e irá verificar-se. Relativamente às coberturas das escolas primárias, referiu que há muito tempo que a senhora Deputada apresenta aquela questão, tendo já ficado claro que têm uma visão diferente relativamente a essa matéria, o que não invalida que não se considere a proposta e, se for possível e exequível, até do ponto de vista operacional, poderão pôr uma cobertura que, em casos concretos e específicos, ajudem as crianças quando chegam à escola poderem caminhar sem chuva até à sala. Mas comentou que criança feliz seria uma criança algarvia de Lagoa se levar, seria ser banhado a ouro, por atualmente a chuva ser tão rara, infelizmente, naquele território. Assim, se houvesse uma criança de Lagoa que fosse bafejada com essa bênção da natureza que é chover, ficaria imensamente feliz porque têm um problema que é o de não chover e aquelas crianças, qualquer dia, não sabem o que é a chuva. Ele próprio cresceu com a chuva e com o sol, gostava de brincar à chuva, de levar com a chuva e de correr à chuva, o que ainda faz quando faz as suas corridas e vai correr à chuva. Asseverou terem tomado nota das propostas feitas e, sempre que seja exequível do ponto de vista operacional e técnico, farão a intervenção, pois até têm algumas escolas em que isso existe, nomeadamente em Lagoa pois, como se sabia, têm um espaço, não logo à entrada, mas têm um espaço em que, de facto, têm essa cobertura. No que diz respeito à questão das paragens de autocarro, confirmou ter recebido o e-mail que foi enviado pela SARC, enquanto coordenadora do Chega em Lagoa, que já se foi embora, mas quis alertar para o facto de algumas paragens de autocarros serem novas, decorrem do projeto de mobilidade que têm no Algarve, porque a entidade regional de transporte não é o município, mas sim a AMAL e, no seguimento desse trabalho feito pela AMAL, foram criadas, sendo que o projeto do VAMOS permitiu aumentar, dentro do concelho e nos outros concelhos também, uma série de carreiras que antigamente não existiam e que atualmente existem, com uma maior cobertura e de uma maior mobilidade, por conseguinte, de transportes públicos dentro daquele concelho e na região do Algarve, de uma forma geral. Foram criadas variadíssimas novas carreiras e foram criadas também novas paragens de autocarro em função dessas alterações que foram feitas. Terão agora que analisar tudo isso, fizeram uma intervenção não há muito tempo, no anterior mandato, em Porches, mas irão continuar a fazê-lo pelo concelho. Irão analisar, obviamente, e das fotografias que lhes chegaram, adiantou em que em algumas não terão mesmo capacidade de colocar o abrigo para passageiros, porque senão inviabilizam a mobilidade, não sendo possível, porque têm de deixar sempre um passeio, senão ninguém consegue passar sem ir para a estrada, havendo aí uma questão de segurança que importa ter em conta. Mas sempre que for possível, ou então fazer um abrigo mais atrás, mas tal obrigada também a verificar se os terrenos são ou não do município, para poderem construir um abrigo nas passagens no terreno. Quanto à limpeza dos terrenos, reafirmou terem lançado em março de 2022 um procedimento para fazerem a limpeza dos terrenos que são do município e

aqueles que, não sendo da Câmara, notificaram os proprietários para limpar que, caso não o façam terá que ser a Câmara a substituir, nos termos da lei, o proprietário, mas também não têm meios para o fazer e terão sempre que contratar a prestação de serviços para imputar, mais tarde, os custos a esses proprietários. Respondendo à questão que foi colocada pelo senhor Deputado Joaquim Cabrita, estava inteiramente de acordo com o que disse, pois quando foi Presidente da Junta de Freguesia do Parchal, uma das coisas que deixou foi as ruas com nomes e o Carlos Ramos que o seguiu, também teve o cuidado de fazer, pelo que pensava que fazia todo o sentido. Partilhou ainda com os senhores Deputados e com a Assembleia que, um dia, houve alguém que entrou no seu gabinete, na altura da Junta de Freguesia, que foi protestar por estarem a dar nome a ruas e ao questionar o porquê, uma vez que era obrigatório por lei, respondeu que desvalorizava a sua casa, pois se fosse urbanização valia mais do que com o nome de uma rua. Contudo, dar nomes às ruas era uma obrigação daquilo que está na lei pelo que têm forçosamente que o fazer, e a boa notícia que tinha para o senhor Deputado era a que tinha a ata da Comissão de Toponímia, estava fechado e, na primeira oportunidade iria à reunião de Câmara, e esperava que o senhor Vereador o levasse o mais breve possível, sendo uma proposta da União de Freguesias na atribuição de nomes de rua a várias artérias da urbanização Fazenda Grande e Quinta do Alto: rua das Figueiras rua Emília Gamboa, Largo da Eira, rua dos Sobreiros, rua das Amendoeiras, rua das Oliveiras, rua das Alfarrobeiras, rua da Fazenda Grande, rua da Escola, rua Quinta do Alto e Beco da Quinta do Alto. Para o fim, deixou a questão que foi colocada pelo senhor Deputado Alves Pinto, declarando ter muita consideração pelo senhor Deputado e reafirmou que aquela matéria vinha já do mandato anterior, como já tinha explicado anteriormente, inclusive a posição do município. Em todo o caso, voltou a explicar e lamentou que tivesse pegado na entrevista do senhor Presidente da CCDR, e que não tinha lido aquela que ele próprio fez logo a seguir, precisamente para desmentir aquilo que foi dito pelo senhor Presidente da CCDR, pois também deu uma entrevista pública para contrariar aquilo que foi dito. O que fez em primeiro lugar, porque merece todo o respeito em termos institucionais, foi ligar ao senhor Presidente da CCDR, manifestando a sua indignação pessoal, primeiro, e depois institucional, e porque foi questionado, deu essa entrevista porque aquilo que o senhor Presidente disse não correspondia à verdade, ou seja, não correspondia a toda a verdade. Já tinha explicado ali o projeto inicial da requalificação, aprofundamento e requalificação do canal de navegação da bacia do Arade, da Foz do Arade mereceu parecer desfavorável da Câmara e da Junta de Freguesia de Ferragudo, o parecer desfavorável e o município envolveu-se nessa questão, porque não fazia sentido. E, numa primeira instância, presumiu que tendo em conta aquilo que foi a posição que foi tomada pelo município, que foi tomada pela Junta de Freguesia, que foi tomada pelos cidadãos de Ferragudo que se manifestaram, houve uma petição, houve uma consulta pública que teve cerca de 95% de opiniões desfavoráveis, as opiniões favoráveis muito reduzidas, a APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem tem que emitir o parecer, numa primeira fase, deu um parecer desfavorável, ou seja, não deu a declaração de impacto ambiental favorável. Houve depois uma reunião seguinte, e houve quem tentasse ver de que forma é que era possível não deixar o projeto morrer e se era possível haver uma conjugação de vontades entre os dois municípios, e frisou ainda que no início do início do processo, o município de Lagoa nem sequer foi ouvido, não foi tido nem achado, era uma questão de Portimão, não foram tidos nem achados sobre essa matéria. Quando perceberam que Lagoa, que metade do rio, diria até mais de metade do rio porque se forem rigorosos era a meio do vale mais profundo, e quem conhece bem o rio Arade sabe que o meio do vale mais profundo era muito mais próximo de Portimão do que Lagoa, o que significa que quase 2/3 do rio são de Lagoa, pelo que não percebia porque para essas questões era sempre ouvido o




município da margem direita e o município da margem esquerda quase que era ignorado. Naquele caso arrepiaram caminho e vieram, na sua opinião já tarde, perceber qual era a opinião de Lagoa, e a opinião era de rejeição total face àquilo que ali estava. A partir daí teve oportunidade de convidar e de levar ao concelho, à margem esquerda do rio Arade, o senhor Presidente da APA, quem iria dar o parecer, para lhe explicar no terreno o que é que estava em causa e porque é que tinham dado o parecer desfavorável relativamente a essa matéria. E, sobretudo, o parecer era desfavorável e eram contra o projeto sobretudo por cinco ou seis questões: não estava garantida a salvaguarda dos valores ambientais, nomeadamente as areias que são depositadas em frente, falando por Lagoa, em frente à área marítima de Lagoa; a salvaguarda do património arqueológico, sobretudo porque era conhecido que dentro da bacia do rio Arade existem já identificados importantes espólios arqueológicos que importa salvaguardar e que o projeto inicial não salvaguardava, sobretudo porque tinha uma bacia de rotação no anteporto que iria danificar por completo o espólio identificado e que há pouco tempo teve ali a visita de um grupo, aliás num projeto com arqueólogos portugueses e noruegueses, que estiveram no rio a fazer esse trabalho e essa pesquisa, à margem daquilo que era o projeto de que falavam, do aprofundamento da navegabilidade do rio Arade. Outra questão com a qual não concordavam era a de que no projeto inicial, a largura do canal era de tal maneira que ia até ao talude do Castelo São João do Arade, que iria ser intervencionado com explosivos, pelo que se manifestaram contra, pois o Castelo São João do Arade é de um privado por uma concessão, naquele momento, mas continua a ser um património que importa salvaguardar. Não sabia como seria o futuro e têm que ter esse cuidado. Depois também têm exigem como contrapartida a requalificação da zona da Angrinha, sendo inaceitável que se possa entrar na bacia do Arade e, do lado direito, terem aquele cenário que é terceiro mundista, que são aquelas barracas, arrecadações que ali estão e que, até ver, e até passar para a Câmara definitivamente no âmbito da descentralização de competências, continua a ser competência da APS, pelo que exigem que aquela questão fosse resolvida. Depois, a questão do depósito de dragados era uma questão muito importante. Vivem ainda e conhece muito bem essa questão, pois vivem, sobretudo as populações de Ferragudo, do Parchal ainda vivem com o trauma do atentado ambiental que foi feito no início da década de 80, e que se prolongou até ao início da década de 90 do século passado, de colocar milhões e milhões de metros cúbicos das dragagens do rio ali, entre Ferragudo e o Parchal, que matou tudo o que havia. Naquela altura não havia aquelas preocupações ambientais infelizmente, porque essa intervenção matou tudo o que estava debaixo, não tinha dúvidas nenhuma disso, pelo que não querem mais disso. Recordava-se, quando era Presidente da Junta de Freguesia do Parchal e quando esteve em cima da mesa a questão da navegabilidade do rio Arade e lembra-se de ir a reuniões, era Presidente o senhor Joaquim Piscarreta, e Silves, que era o principal beneficiário, não único mas o grande beneficiário do projeto de navegabilidade do rio, não queria lá as areias, e acrescentou que as areias dos dragados eram para ser depositadas no terreno que está, quem vai para Portimão, ao lado direito entre a estrada rodoviária e o caminho de ferro. Não vão permitir que alguma vez se volte a repetir essa forma desrespeitosa como Lagoa foi tratada, em que foram fazer os depósitos dragados, sendo que eram o quintal dos vizinhos, os outros ficavam com os benefícios e Lagoa com os prejuízos. Todas aquelas questões enumeradas foram apresentadas e ficaram nessa ata como condição para que Lagoa pudesse dar o seu parecer favorável, essa foi a condição, não assinaram, o município de Lagoa em momento algum assinou qualquer acordo que permitisse que o projeto da navegabilidade do rio Arade avançasse, nunca em momento algum. O que fizeram foi colocar um caderno de encargos e disseram que se estivessem reunidas aquelas condições, se fossem resolvidas aquelas questões que os preocupam, então iriam novamente avaliar o

projeto. Não passaram nenhum cheque em branco e reservam-se o direito de dar a opinião e quando forem chamados a dar opinião pela segunda vez, darão novamente parecer desfavorável por duas razões. Primeiro, porque o que colocaram no caderno de encargos não foi correspondido, algumas foram, mas outras não foram. Acrescentou que uma das condições foi a da não inviabilização da construção da Marina de Ferragudo, um processo que ainda decorre, não morreu ainda, está nos paliativos, mas não morreu e, portanto, enquanto não houver uma decisão sobre essa matéria, há sempre a possibilidade de se fazer a Marina de Ferragudo. Essa foi resolvida porque a bacia da rotação do porto foi desviada, avalizaram e essa foi respeitada. Mas, por exemplo, a requalificação da praia da Angrinha não estava em lado nenhum, a salvaguarda do património arqueológico aparece porque o parecer que a APA deu é um parecer condicionado à salvaguarda desse património arqueológico e, portanto, em função da segunda proposta que lhes foi apresentada, e tendo em conta que essa segunda proposta, no entendimento do município não salvaguarda os interesses do município, deram novamente parecer desfavorável. Aqueles eram os factos dados e foi aquilo que teve oportunidade de dizer ao senhor Presidente da CCDR e foi isso que disse na entrevista que deu. Não acredita na vontade do projeto, não vê nenhum benefício para Lagoa, 6 000 turistas que venham no porta-aviões, mas não vê benefício em que porta-aviões entrem no rio Arade, em que essa gente toda vá ao concelho e nem acredita que tal aconteça. E acrescentou que, embora não lhe diga respeito, não vê benefício para Portimão. A posição do município sobre aquela matéria era muito clara, eram contra e di-lo a quem quisesse, ao Presidente da CCDR, à colega que é Presidente de Portimão, não veem qualquer benefício para Lagoa, nem para uma margem nem para a outra, era um processo perfeitamente desajustado e tal como já haviam afirmado na Assembleia, e tirava o chapéu, porque a expressão não era sua, mas sim do senhor Vereador Mário Vieira, pois aquilo que querem fazer é pôr o Rossio na rua da Petesga, não cabe vão chegar à conclusão que não cabe.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, considerando que estava tudo esclarecido, uma vez que também tinha questionado pela intervenção do senhor Deputado, declarou não ter nada a acrescentar e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro aproveitou a oportunidade para dar os parabéns, na pessoa do senhor Presidente, a todo o Executivo e a todos os funcionários e colaboradores que fizeram da FATAFIL um sucesso naquele ano. Era da opinião que todos viram evidências na televisão nacional e com a projeção internacional da divulgação do concelho, mais do que os números era a divulgação da Lagoa em todo o país e mesmo a nível internacional. Não podia deixar de notar a intervenção do senhor Deputado Diamantino Ruivinho, embora o Deputado Municipal Joaquim Varela não estivesse ali, o Presidente da Junta de Freguesia, parecia-lhe que as palavras eram demasiado fortes para ele não estar presente e poder defender a sua honra. Não obstante, quer o senhor Diamantino Ruivinho, quer o seu colega de bancada já foram Presidentes da Junta, sabem perfeitamente quais são os limites e o alcance de um Presidente de Junta, pelo que eram testemunhas do brio e do seu empenho enquanto Presidente de Junta, do senhor Joaquim Varela, a defender o Parchal e a tentar fazer o melhor para as gentes do Parchal. Assim, não podia ficar ali impávido e sereno com um ataque pessoal e sem estar presente a pessoa visada.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----



-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **María de Lurdes Rego Alemão** para fazer uma pequena ressalva ao senhor Presidente da Câmara, pois referiu que nas suas outras intervenções sobre um abrigo, não era na entrada das escolas, mas sim sobre o campo de jogos.-

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim João Lopes Paulo.----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Joaquim João Lopes Paulo** quis reforçar aquilo que o senhor Deputado Municipal Luís Ribeiro frisou relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia do Parchal, porque fazia todo sentido aquela observação, pois não estando presente não fazia sentido aquela violência de palavras.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo não poder aceitar aquelas observações, uma vez que havia feito uma observação política, uma avaliação política, que não era nova, que era conhecida, e se o senhor Presidente não estava presente era um problema dele. A intervenção do munícipe e do freguês, no caso, foi naquela Assembleia e era ali que se tinha que referir a comportamentos que considera inadequados como Presidente de Junta, e não era a primeira vez que o referia. E comparar o comportamento dos anteriores Presidentes de Junta com o comportamento do atual Presidente de Junta daquela freguesia, só quem não estava lá, só quem não ouve as pessoas falarem e, portanto, não valia a pena e quem não sabe, e quem não está e quem não ouve, estar a falar daquela maneira, porque aquilo que era habitual era ouvir sistematicamente dizer que os problemas são da Câmara, ou são da EDP, ou são dos CTT, ou são da TV Cabo e isso acontecia sistematicamente. Para além do abandono claro que aquele território estava a ser alvo, há anos e, portanto, tratando-se de uma apreciação política, os senhores Deputados tinham que se habituar a ela.-----

III – Período da Ordem do Dia:-----

1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 15 de setembro de 2022, prevista na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para o uso da palavra, tendo concedido a mesma ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----


-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** dizendo ter duas ou três questões sobre aquele ponto e declarou que, a título pessoal, defende que deve haver estacionamento e, não podendo haver à superfície, o Silo é uma boa opção, nomeadamente o de Ferragudo, mas ficou preocupado pelo facto de a obra estar parada. Quis, assim, saber o que se passa, e questionou se foi feito um estudo técnico, pois o senhor Presidente falou em juristas e já se sabe o que vem quando assim é, pois havia capital de conhecimento próprio. Mas a questão que se colocava era foi decisão da Câmara em parar a

obra ou se o empreiteiro abandonou a obra. Em segundo lugar, disse que dali a uns anos iria ser muito interessante alguém fazer um estudo das informações do Presidente ao longo dos tempos, para ter uma perceção do que se faz, do que não se faz, podendo ser um instrumento interessante, mas, atualmente, também deve ser um instrumento interessante e ficava-se com uma dúvida na análise, que pensava ser bom clarificar, nomeadamente para padronizarem a linguagem. Nas obras aparece concurso, ou adjudicação, ou ajuste direto e, portanto, aquelas situações e numas aparece “em curso”, noutras aparece “em curso, conclusão ou até 2023-2024”, noutras aparece “contrato em vigor”. E da primeira vez que leu indagou qual seria o concurso que termina em 2024, mas não era um concurso e, portanto, presumiu que estar em curso significa que o concurso foi fechado e está em execução, mas depois viu noutra obra “contrato em vigor”. Convinha acertar primeiro e esclarecer se entendeu bem que, quando diz em curso, não é o concurso que está em curso, mas sim a execução que está em curso, e quando diz que é até final de 2023 ou 2024, será essa execução e não o concurso. Era importante padronizar a informação para se perceber. Em relação à parte financeira, e já há algum tempo que não abordava aquela matéria, mas também não queria deixar os créditos por mãos alheias e disse, muito a sério, aquilo que há muito tempo defende, era já do conhecimento do senhor Presidente da Câmara e de todos os presentes, que o município deve cobrar as receitas que lhe fazem falta e não para apresentar resultados positivos abundantes no final do ano, sob pena de alguém vir dizer que deve acontecer o mesmo que às empresas com lucros extraordinários e, pelo que, e já que tem aquele dinheiro todo, quis que o senhor Presidente esclarecesse se algum daquele valor estaria aplicado, ou pelo menos uma parte do dinheiro, para aproveitar a rentabilizá-lo. Recomendou ainda, pois em tempos de orçamento, o PSD tem apresentado constantemente propostas, ou de baixa do IMI ou de aumento da disponibilização para os cidadãos da participação do município no IRS e que a crise que se antevê não seja desculpa para não se voltar a prever nenhuma dessas medidas, mas que pelo menos uma dessas medidas possa ser prevista no próximo orçamento. Faria mais sentido o aumento da diminuição da participação do município e deixar para os cidadãos essa participação no IRS, pelo que deixou aquela recomendação por julgar ser uma forma de, sem grande custo, contribuir para que todos os lagoenses possam sentir um bocadinho menos a crise.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para esclarecer as questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou pela primeira questão relativamente ao Silo e respondeu que nem o empreiteiro abandonou a obra, nem o município a mandou parar. Atualmente, todas as obras e sobretudo as maiores que têm um impacto maior e sobretudo a natureza daquela obra, que tem muito ferro, muitas matérias primas que estão a ter um aumento exponencial dos preços devido à inflação e, portanto, era necessário também o jurista para acompanhar as normas que vão saindo do Governo e que preveem, precisamente, os limites em que se pode ir na questão da revisão dos preços, pois existe uma ordinária e uma extraordinária e terão que acompanhar isso com atenção. Há também uma proposta que foi feita, já em obra, pois havia a possibilidade de aumentar os lugares de estacionamento e também vão considerar essa questão. Quanto à sugestão da informação para ser padronizada, disse pensar ser uma excelente ideia, e no que se refere às obras, essa informação sempre foi assim e também já ali esteve sentado e verificou que era dessa forma que a informação era sintetizada, o mapa era apresentado nos termos da lei, e a informação do Presidente que era apresentada nas





reuniões ordinárias resulta da informação de diversos serviços e, de facto, aqueles usam nomenclaturas diferentes para a mesma coisa. No mapa que acompanha as obras, pois até fez um mapa com cores, era muito fácil e assim estava definido o que têm, isto é, se a arquitetura foi aprovada, se tem especialidade aprovada, depois se o projeto está em fase de adjudicação, se está no Tribunal de Contas, se está em curso, concluído, podendo-se colocar essa por ser aquela que todos os técnicos têm e era fácil para toda a gente perceber e resultava muito bem. Em relação à última questão das contas, referiu que o senhor Deputado estava a antecipar uma questão que será debatida na Assembleia ordinária de novembro, nos termos da lei, quando fizerem e quando aprovarem as propostas relativas aos impostos diretos. Era conhecida a sua posição sobre aquela matéria, porque também já ali defendeu há vários anos. Acrescentou que aquele resultado extraordinário que têm, e presumiu que tivesse sido dito na última Assembleia que acompanhou à distância, uma vez que estava em serviço, e tiveram a preocupação, face àquilo que eram o excedente de resultados obtidos, de fazer essa segunda revisão e de explicar onde é que iriam aplicar. Explicou que o superavit, em termos de receita resulta, principalmente, do imposto do IMT e este resulta, por sua vez, das condições do mercado, pois toda a gente estava a comprar e a vender, sobretudo no Algarve, não sendo um caso único em Lagoa, mas também entre outros municípios, mas também resultava do facto de Lagoa, e estendeu o elogio a todos os que o antecederam, deixando claro não se tratar do trabalho do atual Executivo, nem dos Executivos desde 2013, mas sim do trabalho que foi feito pelo concelho ao longo, e ainda bem, ao longo dos anos e desde que têm o poder democrático autárquico no concelho. A beleza natural do concelho aliada à forma como souberam não cair em tentações e tornar aquele território tão atrativo, faz com que todos os dias haja negócios de compra e venda, havendo quem esteja disponível para pagar um preço muito superior para viver naquele concelho. Disse ainda que o concelho é bonito e trabalham todos os dias para que ele seja valorizado e o retorno que têm era esse mesmo, o de que as pessoas comprem e vendem, e de cada vez que alguém compra tem que pagar o IMT e arrecadam a receita e aplicam-na na lógica da distribuição da riqueza, distribuindo e aplicando esse dinheiro no apoio à educação, no apoio à ação social, no apoio ao desporto, no apoio à cultura e em todas as outras obras e em todas as matérias que têm que fazer. No final de agosto, já tinham o valor de 1 066 000 EUR a mais comparativamente ao final do ano anterior, sendo possível perceber que irão ter um aumento da receita e vão aplicá-la, começando a fazer a revisão orçamental, na qual tiveram o cuidado de reforçar algumas rubricas que eram necessárias, entre elas o apoio às instituições, exemplo 600 000 EUR e, se for necessário, estavam preparados para pôr mais. Também estavam disponíveis para tomar medidas, como já o fizeram no passado com a pandemia, e estavam disponíveis para o fazer novamente com os novos tempos que estão a viver, em função da guerra, com o aumento da inflação, com aumento do custo das matérias-primas e com toda essa incerteza. A primeira prioridade será sempre não deixar nenhum lagoense para trás e era nesse sentido que iriam continuar a trabalhar. Acrescentou ainda que até há bem pouco tempo tinham que pagar para os bancos ficarem com o dinheiro e não havia nenhuma vantagem nisso, não fazendo sentido, com taxas de juro negativas colocar o dinheiro o prazo. A partir de agora, sim, terão que pensar nisso porque finalmente as taxas ativas estão a ficar positivas e as passivas também, as famílias têm que pagar os empréstimos. Até ao momento, não tiveram nenhum benefício disso, porque a última vez em que fizeram uma consulta ao mercado para aplicar 10 milhões de euros, no mandato anterior, e a taxa que deram foi de spread negativo que não chegava a 0,15 e não valia a pena, mas agora valeria com certeza.-----

2º Ponto – Apreciação da situação financeira do Município de Lagoa em 30 de junho de 2022, prevista na alínea d), do n.º 2, do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e explicou que se tratava da situação financeira semestral reportada a 30 de junho, como é obrigatório pela Lei das Finanças Locais que vá a apreciação da Assembleia, mas sem votação.-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** referindo que na sua intervenção anterior esqueceu-se de mencionar o IMI, em 2021, comparativamente com 2020, num total de receita de quase 10 milhões de euros, representou um aumento de 140 000 EUR, sendo que o IMI é um imposto estável, não tem aumentos significativos. Disse ainda que foi aprovado há duas reuniões de Câmara o regulamento, como prometido à Assembleia, para aplicação de benefícios fiscais que possam, de alguma forma fazer, a diferenciação entre aquilo que é a primeira habitação e a segunda habitação, diferenciar a aplicação para benefícios fiscais aos lagoenses àqueles que efetivamente precisam desses benefícios em detrimento daqueles que não precisam, porque quando reduzem 0,01 do IMI para um lagoense que tem um património avaliado em 100 000 EUR, aquilo que estão a fazer com essa decisão e o que abatem no imposto que ele tem que pagar emissão são 10 EUR num ano e para quem tem um património avaliado em 1 milhão de euros, e tinham muitas pessoas acima de um milhão de euros, estavam a falar de mil euros de diferença, sendo a velha questão de estar a tirar aos pobres para dar aos ricos.-----


3º Ponto – Apreciação e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, do Plano Estratégico Municipal de Educação de Lagoa – PEMEL – 2022-2026, previsto na alínea h), do n.º1, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para apresentou da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** informou que delegaria a intervenção na senhora Vereadora da Educação, Ana Cristina Tiago Martins.-----

-----Usou a palavra a senhora Vereadora da Educação, **Ana Cristina Tiago Martins**, convidando a Chefe de Divisão, Sandra Generoso e a responsável pela Educação, Ana Paiva, para apresentarem o documento de uma forma muito resumida.-----

-----No uso da palavra a Chefe de Divisão **Sandra Generoso** declarou que iriam apresentar o Plano de Estratégia Municipal de Educação de Lagoa para o período de 2022-2026, de uma forma resumida. Começaram por apresentar a orientação política que esteve por detrás da criação do documento e que pretendeu que se focasse o Plano de Estratégia Municipal de Educação de Lagoa, na ação que têm vindo a desenvolver nos últimos anos na construção de uma cidade educadora, num território onde se pretende dar ênfase às redes, às pessoas e às organizações, em que cada um possa ser um agente de mudança, um agente educativo e interventivo ativo nesse processo constante de aprender, de inovar e partilhar saberes e onde



pretendem acolher cada pessoa como ela é e convidando a participar num projeto comum para o concelho. Deixaram umas breves notas e um resumo da nota metodológica daquilo que os guiou na criação daquele projeto, recorrendo a uma consultoria externa que trabalhou o documento e se baseou em metodologias participativas de planeamento da construção do Plano Estratégico e também na análise e reflexão acerca da realidade da rede educativa. Também fizeram uma análise documental e estatística para cumprir o objetivo de alinhar o PEMEL com os demais documentos estratégicos, quer do município e também dos Agrupamentos de Escolas e dos outros atores da educação no território, também as IPSS com função educativa que também foram convidadas. A estratégia de participação na elaboração do PEMEL também foi muito bem sucedida e significativa porque os agentes educativos disseram sim, estiveram presentes em todas as ações que fizeram, workshops, reuniões próprias, ações de formação e que foram feitas ao longo do processo de construção do documento. Sobre o contexto de intervenção, ou seja, para poderem avançar com a elaboração do plano fizeram um prévio diagnóstico estratégico em que foi tido em atenção a dinâmica demográfica do concelho, a dinâmica cultural e desportiva, o mercado de trabalho, a desigualdade e também os fatores de coesão social, a atividade económica, a qualidade habitacional, a qualidade de vida, o conforto existente e também o fator ao nível da caracterização do município, da administração local e a sua caracterização e contextualização a nível regional e nacional. Procuraram fazer também um alinhamento estratégico na construção do documento, tendo em conta o modelo de construção de uma Cidade Educadora que se pretende abrangente e inclusiva, tendo sido necessário incluir outros instrumentos de planeamento estratégico, como o Plano Estratégico do Município de Lagoa, a Carta Social, a Carta Desportiva, o Índice de Sustentabilidade Municipal e procurou-se, assim, alinhar a estratégia central do município, definido no contexto da construção da Cidade Educadora, também com os documentos estratégicos produzidos e depois identificou-se áreas convergentes nas estratégias setoriais de cada setor, de cada área de intervenção para que pudessem ser refletidas e articuladas com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, da qual são uma entidade subscritora. Foi também efetuada uma análise da rede educativa e verificou-se um trabalho de inovação e investimento de pedagógico e estrutural nas respostas educativas existentes no concelho, que corresponderam à identificação das debilidades nas taxas de retenção e desistência apontada na Carta Educativa do município. Referenciaram três notas que evidenciaram relativas ao diagnóstico da Carta Educativa de Lagoa, e tendo em conta o diagnóstico atual: a oferta da rede pré-escolar pública e privada no concelho de Lagoa é altamente atrativa, quer para os próprios residentes, quer para os locais dos concelhos vizinhos, embora aquela análise tenha de ser contextualizada com o efeito pendular das deslocações para a atividade profissional do concelho; a dinâmica educativa também dos dois Agrupamentos de Escola do concelho permitiu diminuir significativamente as taxas de retenção e desistência para níveis comparativos muito mais favoráveis do que aqueles que estavam identificados na Carta Educativa; também, mas infelizmente outro fator, a oferta educativa na área dos cursos profissionais continua a ser pouco competitiva face aos concelhos vizinhos e existe ainda elevadas taxas de retenção e desistência, que se mantêm em relação aos dados que existiam na Carta Educativa. Em relação à estratégia que é definida no âmbito do Plano Estratégico Municipal de Educação é apontada como tema central construir uma Lagoa Cidade Educadora 4.0 em que são orientados pela missão e visão de que é uma cidade educadora, constituído como um território desafiador de criação de oportunidades avançadas de educação e de qualificação para todas as pessoas, que permitam essa plena realização e desenvolvimento, num município que se quer sustentável, socialmente coeso e atrativo para a realização de percursos de vida ativos e criativos por todas as pessoas, e como

missão visa a integração criadora dos agentes e também dos recursos do território, mas no ecossistema educador em que todos possam congrega para que possam capacitar e desenvolver competências nas pessoas, numa lógica socialmente responsável em que todos os agentes educativos são responsáveis e todas as pessoas que usufruem da educação são responsáveis, mas também abertos à inovação, ao estimular o pensamento crítico e promover também o conhecimento. Foi dito ainda que daquela visão e missão, os desafios estratégicos são colocados destacando-se os sete desafios estratégicos onde são definidas metas e indicadores operacionais. Os desafios estratégicos que depois têm um enquadramento e tem toda a justificação, com uma série de ações e também metas e indicadores operacionais que vão medindo e que vão permitindo ir avançando com a ação e percebendo qual é a orientação que devem seguir. Previram uma articulação estratégica entre todos os agentes, uma integração educadora entre os vários agentes educativos, previram também inovação educativa, o alinhamento da oferta educativa, a mobilização da comunidade, a qualificação da própria rede educativa e também trabalhar para a inovação educativa e para projetos de referência curricular. Os eixos estratégicos definidos também no PEMEL são devidamente enquadrados e são apontados os desafios estratégicos também para orientar a ação dos agentes educativos, sendo também definidas metas operacionais e que são agregados em quatro grandes eixos: no âmbito da inovação educativa e pedagógica para a construção do novo modelo de escola no concelho. Também é apontada a oferta educativa como eixo estratégico para torná-la mais diversificada e alinhada ao diagnóstico realizado. Um outro eixo que foi apontado por todos aqueles que contribuíram na construção daquele Plano, foi pais em ação na rede educativa, sendo reforçada a importância de diversificar a comunicação das boas práticas concelhias que existem nos agrupamentos e nas instituições, e agilizar a informação junto dos pais para os trazer para mais ativamente à ação na própria educação dos seus filhos e dos jovens. Também um eixo estratégico, a transição escolar e a sinalização precoce para o sucesso, que foi apontado pelas equipas e de onde se destacou-se três objetivos ou subeixos: constituição de uma equipa multidisciplinar para sinalização precoce e transição escolar entre todos os parceiros; um plano de articulação vertical e um programa de competências socioemocionais, Mais Motricidade, Vamos para a Rua, que foram áreas que foram sinalizadas. Sobre a operacionalização daqueles projetos, foi dada a palavra a Ana Paiva, dirigente da educação, para também falar daqueles projetos que consideram ser âncora e essenciais para depois poderem consolidar aquela estratégia.-----

-----Usou da palavra a dirigente da Educação **Ana Paiva** que após cumprimentar os presentes, declarou que, na continuidade do que foi apresentado pela Sandra, cabia-lhe apresentar os projetos estratégicos que o Plano Estratégico Municipal de Educação de Lagoa assume, bem como a sua monitorização e avaliação. Relativamente aos projetos estratégicos, o Plano contempla o Projeto Educativo Municipal que congrega a dimensão estratégica dos projetos educativos em curso nos agrupamentos de escolas, nas instituições privadas com e sem fins lucrativos, bem como os projetos de intencionalidade educativa, em geral. O segundo projeto estratégico consubstancia-se na criação de um espaço educativo formativo partilhado, denominado de Casa da Educação, que se constituirá como recurso multifuncional, flexível e multitemático e que servirá de apoio à aprendizagem escolar e curricular. Essa Casa terá também como função constituir-se como um recurso para atividades diversas de carácter pontual à comunidade educativa. O Laboratório Municipal da Escrita e da Leitura, Ecossistema da Palavra foi o nome que lhe foi atribuído, sendo um projeto estratégico e que advém do projeto âncora municipal Lagoa A Ler, que se constitui como um modelo consistente de referência no que diz respeito à aposta do município na aprendizagem da leitura e da escrita,



mostrando-se assim esse projeto fundamental na prevenção das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Por fim, o quarto projeto estratégico assumido pelo PEMEL, o projeto transversal de inovação pedagógica, que tem como base o projeto Aprender Mais contando com a parceria da Universidade do Algarve e que aponta no sentido da inovação no processo educativo. Pretende-se assim potenciar o projeto Aprender Mais, disseminando as boas práticas que o município tem vindo a desenvolver ou tem vindo a impulsionar no 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas do Rio Arade, no âmbito da inovação pedagógica e disseminá-las ao Agrupamento de Escolas de Espamol, bem como a outros níveis de ensino, não só no 1.º Ciclo, mas desde o pré-escolar até ao secundário. No que diz respeito à monitorização e à avaliação do Plano Estratégico Municipal de Educação terá como enfoque a avaliação das metas estratégicas do PEMEL, a afirmação e diferenciação de Lagoa Cidade Educadora no contexto nacional, a concertação e articulação dos agentes educativos e da comunidade educativa em geral na definição de ações e estratégias com intencionalidade educativa, a atratividade e sustentabilidade da oferta educativa do concelho face aos municípios vizinhos e da região, o reconhecimento de Lagoa como cidade de inovação educativa no contexto regional e nacional, o impacto dos projetos com intencionalidade e ações de intervenção do domínio educativo e, por fim, o impacto dos projetos estratégicos do PEMEL.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação da medida, nomeadamente pela precisão e concisão dentro do prazo que tinham previsto regimentalmente. Em seguida, foram abertas as inscrições para discussão daquele Ponto da Ordem do Dia e concedeu-se o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, dirigindo-se à senhora Vereadora e a quem felicitou, ao seu pelouro e à equipa que fez aquele Plano porque, apesar da má qualidade das imagens que foram fornecidas para lerem, daquela vez fez como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo e foi mesmo investigar, tendo lido o Plano e disse considerar o mesmo um documento ambicioso, até sonhador, mas como é o sonho que faz o homem avançar, pensava ser bom. Também considerava tratar-se de um documento sério e honesto, porque tem a seriedade de reconhecer o erro, que ele próprio na altura e a outra Deputada que na altura faziam parte da bancada do PSD, apontaram no erro estatístico do excesso de oferta e a senhora Vereadora sabia que naquele ano e por razões profissionais teve que fazer uma reclamação à Direção Regional, porque não havia vagas para a 1.º Ciclo no concelho de Lagoa. E tal significa, como o Plano diz, que é a atratividade e o interesse que é manifestado pela educação no concelho. Mas também felicitou sobretudo também por isso porque prova esse documento uma coisa muito importante e que é o facto de, independentemente das pessoas que ao longo do tempo têm ocupado as funções, independentemente do projeto mais específico de um ou de outro, há na educação em Lagoa, como noutras áreas, uma política de continuidade e essa política de continuidade, na aposta na trilogia educação, cultura e desporto é isso que os faz grandes, porque são uma terra pequena, mas de gente grande, de grandes pessoas e isso deve-se, de facto, ao projeto que vem de trás e que, estava convencido, tem ali uma linha garantida de continuidade. Por isso, a ambição, às vezes quase o delírio, mas sobretudo a vontade, era aquilo que farão daquele concelho um concelho educador com qualidade e harmonia, casando os slogans. Sendo por esses motivos favoráveis ao projecto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, não se tendo registado mais intervenções, procedeu-se à

votação do PEMEL que foi aprovado com vinte e um (21) votos a favor, quinze (15) do PS, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) do Chega, um (1) da CDU e três (3) abstenções do Movimento Lagoa Primeiro.-----

4º Ponto – Apreciação e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Lagoa, previsto na alínea g) do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação informou que, uma vez que foi a Vereadora Sandra Martins que também acompanhou o projeto de alteração do Regulamento do Orçamento Participativo, passaria a palavra à senhora Vereadora Ana Cristina Tiago Martins.-----


-----No uso da palavra, a senhora Vereadora Ana Cristina Tiago Martins explicou que, fruto também da experiência e do conhecimento que foram recolhendo ao longo dos anos, consideraram que era importante proceder a alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo vigente, que consubstanciam-se, em grosso modo, em seis artigos, nomeadamente nos artigos 3.º, 7.º, 9.º, 10.º, 14.º e 15.º e que se resumem, essencialmente, na incorporação da experiência que também tiveram durante o período da pandemia, em que permitiram que os municípios pudessem apresentar propostas através dos sistemas online e, no fundo, era isso que agora se pretende incorporar no documento.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e abriu o período de inscrições, passando a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita declarou que, após a análise do documento que fizeram, consideravam ser uma inovação que fazia todo sentido, mas disse também que ficaria bem no Regulamento, uma vez que impõe regras e procedimentos a quem participa e uma série de procedimentos, e não ficaria mal na próxima revisão inclui qualquer coisa quanto ao comprometimento da Câmara quanto ao prazo de execução do que ganha.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Ana Cristina Tiago Martins para explicar que no Artigo 7.º, Elegibilidade das Propostas, um dos aspetos que foram introduzidos foi exatamente a duração e que os projetos não ultrapassem os 24 meses de execução, com exceção das propostas cujo valor exige abertura de concursos públicos, casos em terá um prazo alargado máximo de três anos. Depois, mais à frente, na análise das próprias propostas também esse era um dos critérios que foi introduzido e que era definir uma estimativa, bem como o prazo previsto para a sua execução, de forma a que ela seja condizente e que não se arraste no tempo.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e informou que se avançaria para a votação da proposta, uma vez que não se observaram mais intenções de uso da palavra. A proposta foi, assim, aprovada com vinte e três (23) votos a favor, quinze (15) do Partido Socialista, três (3) do PSD,



três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda e uma (1) abstenção da CDU.-----

5º Ponto – Apreciação do projeto de decisão de não adjudicação relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação e criação da Casa da Cidadania;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação do Ponto.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação que iria expor tanto o Ponto Quinto como Sexto, por serem o mesmo e, de uma forma muito resumida, adiantou que, tendo em conta as atuais condições do mercado, pelas razões que já foram referidas, como a inflação, o aumento do custo das matérias-primas, a falta de mão-de-obra, e a experiência que têm tido sobretudo nos últimos três, quatro meses, perceberam, claramente, que o valor que tinham no projeto da Casa da Cidadania não iria ser suficiente para executar a obra e, provavelmente, iriam ter um concurso deserto. Nesse sentido, fizeram a revisão do projeto, aumentaram de uma forma geral cerca de 20% ao procedimento, pelo que aquilo que levam à Assembleia, depois de o terem feito na Câmara, era a decisão de não adjudicação relativamente ao concurso público da empreitada de requalificação e criação da Casa da Cidadania e a deliberação para a autorização prévia do compromisso plurianual para lançar o novo projeto e aumentar em 20% relativamente àquilo que era o valor base no projeto anterior.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu, então, que a proposta metodológica era a de que os Pontos Quinto e Sexto fossem discutidos em conjunto, sendo que apenas o Sexto Ponto seria objeto de votação. Uma vez que não houve oposição por parte dos senhores Deputados Municipais, considerou-se aprovada por unanimidade a proposta de metodologia apresentada pela Mesa.-----

-----Usou da palavra concedida o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho dizendo que, em relação ao Quinto Ponto, a fundamentação que era apresentada para a não adjudicação, na sua opinião, era muito precária, pois declara terem sido detetados lapsos que acarretam alterações de aspetos fundamentais nas peças do procedimento, mas não identifica quais e devia ser por ser uma questão de clareza nas coisas. “Designadamente a necessidade de inclusão de artigos novos no mapa” e, novamente, questionou quais seriam e por que razão tal acontecia, considerando ser grave e questionando de quem era a responsabilidade. “Assim como se detetou ser necessário fornecer peças desenhadas em falta no projeto de execução” e pensava serem lapsos inadmissíveis num concurso daquela natureza e precisavam de saber do que se tratava, quem era responsável, o projetista ou os técnicos e, como tal, pensava ser algo lamentável. Julgava que aquela informação devia estar muito mais fundamentada para levar à Assembleia Municipal, para que os respetivos Deputados, em consciência, possam perceber qual era a gravidade ou não daquele tipo de acontecimentos. Relativamente ao Sexto Ponto declarou não ter absolutamente nada contra, pelo contrário, era um defensor de um equipamento daquela natureza, mas a sua grande dúvida era sobre o momento em que vivem e por se encontrarem numa altura em que é imprevisível o futuro, em desencadear um procedimento daqueles. A sua dúvida não tinha nada a ver com o equipamento, que considerava ser uma mais-valia e com interesse, mas sim

com o momento em que vivem, a imprevisibilidade que é para todos indicada relativamente ao ano que se aproxima, pelo que julgava que se impunha alguma cautela no lançamento daquele tipo de obras que, não sendo de redes de águas e saneamento, que são obras fundamentais e imprescindíveis, pelo que tinha muitas dúvidas de que a altura seja a melhor, razão pela qual se iriam abster relativamente àquela execução.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse querer fazer um pedido, já que eram recebedores das plantas e alçados do projeto, havia algo que o preocupava e que era a parte da estabilidade do edifício, pois se já estão a falar em projeto de execução é porque já existiria um projeto de estabilidade e, caso não houvesse grande problema, disse gostar de o receber.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e confirmou que a Câmara tomaria a devida nota e faria chegar aos serviços da Assembleia que, posteriormente, remeteria aos Deputados Municipais. Em seguida, deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou não ter muito a dizer, mas que não fazia sentido numa obra com aquela importância, assim de ânimo leve, haver omissões e, se pela razão que também é lançado o procedimento com revisão de preço, se não fosse por erros ou omissões, cairia talvez pela questão do preço. Mas em relação ao relançamento tinha duas notas. Uma era de que iriam ver se corria bem com a revisão dos 20%, mas parecia-lhe ser o caminho certo para aquela e para as outras obras que não se têm conseguido fazer, porque quando se vê o preço em 5% ou 6% andam atrás do prejuízo, porque quando cai os 5 no mercado já está a 10 e a 12. Assim, julgava que se tinha que jogar por antecipação e até porque, talvez também por desconhecimento seu, não via problema em colocar um bocadinho acima, porque se houver algum concorrente que queira ir a melhor preço, baixa o preço e não é por isso que deixa de o fazer. Quanto ao projeto afirmou que iriam votar contra, mas por razões opostas à do Movimento Lagoa Primeiro e àquilo que foi explanado na sua justificação do voto. Pessoalmente, e pensava que o PSD, naquele aspeto, tinha a mesma opinião, enquanto Grupo Municipal, que quando se usa pretextos para terem que fazer algo, porque não fizeram e agora querem fazer, mas agora não é altura de fazer e isso parece desculpa de birra e não lhe parecia que fosse o caso, mas considerava que aquela obra não tinha risco para as finanças do município porque o município, como tinham acabado de ver nos pontos anteriores, tem encaixe financeiro para a suportar. Tinha, contudo, dúvidas muito sinceras de quanto ao que vai ser o projeto, pois lendo a apresentação que foi feita na Câmara e que lhes foi distribuída e tendo estado presente na apresentação que foi feita, não há coincidência de argumentos, nem de sintonia. Por falar nisso, o Plano Estratégico da Educação ainda chama Museu e já não é Museu, embora não saiba se é um museu, mas aquela questão do Rossio na Petesga parece aplicar-se à Casa da Cidadania, porque quem viu a apresentação e viu o arquiteto dizer que desenvolveu o projeto a partir de dar um grande prazer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, de fazer da Casa a sede da Assembleia Municipal, e depois diz que vai fazer uma sala com 50 lugares e cadeiras amovíveis, deixava-o preocupado quanto às condições em que os Deputados, a Câmara, a Mesa e o povo vão ter para assistir a sessões de Assembleia na Casa da Cidadania. Já lhe parece mais cordial aquilo que o projeto diz de fazer uma sala de atos para



os atos solenes, para os atos da Câmara e, isso sim. Portanto, haveria alguém equivocado e convinha esclarecer. Por outro lado, percebeu também na própria apresentação que até do ponto de vista técnico também era discutível, a ideia de despir o prédio da sua história para o pôr no ponto inicial, ou seja, quando chegam ao fim da vida, são aquilo que carregam pela vida toda e não vão ao ponto de nascimento para se depurarem de tudo e morrerem em beleza. Não, são aquilo que vão colecionando e um edifício é aquilo que colecionou ao longo do tempo. Percebia que houvesse marcas que se devam e possam e tenham que se retirar por uma questão de funcionalidade, mas depois ficava cheio de dúvidas, porque algumas são pessoais, são de conceção, quanto ao facto de se retirar as escadas que lá estão e que marcam um momento do prédio, porque obviamente para libertar espaço e depois nesse espaço vai-se “espetar” um elevador que, por exemplo, podia ser um elemento exterior acoplado. Não vale a pena ir dizer que o elevador vai fazer parte da área de exposição, porque vai ser um elevador, é uma caixa e um quadrado e ocupa lugar. Assim, parecia-lhe uma contradição. Tem também algum receio e disse gostar, pois não viu a Câmara disponibilizar nem na apresentação nem nos elementos recebidos, de ter um 3D com a inserção no meio da nova estrutura, pois até considera que quando se acrescenta se deve acrescentar inovando para marcar a diferença, não é copiando e, portanto, usar algo completamente diferente pode fazer ali algum sentido, mas convinha perceber melhor antes, porque depois já não dá para tirar. Confessou ter ficado dececionadíssimo, porque julgava que aquela estrutura tinha sido e como justificação uma coisa do nosso tempo, o rampear tudo, porque deviam ser todos anti escadas, pela mobilidade de quem é diferente, pela sociedade que tem qualquer dia 25% da população com 60 ou mais anos, dever-se-iam preocupar com os acessos e o acesso àquela zona é feita em escada. Ora, fazer ali uma estrutura para depois pôr lá dentro escadas parecia-lhe ser, sinceramente, uma opção errada. E como eram muitas as dúvidas e porque o PS tem votos para fazer apresentar o projeto, podiam ser fiéis às suas dúvidas e votar contra, muito sinceramente não por não pensarem que deva ser feita ali uma obra, que a Casa da Cidadania não seja uma boa ideia, já o disse ali numa outra sessão e que prestar homenagem às figuras de Lagoa, à história de Lagoa e a Lagoa fazia tudo sentido. Pensava, contudo, ser muita ambição para pouco espaço, mas ali continuariam para ver.-----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** declarou, sem grandes dissertações, que relativamente àquele Ponto a CDU estava completamente a favor da criação da Casa de Cidadania. Contudo, as condições e a maneira como esta está a ser criada deixam muito a desejar na sua opinião. O impacto visual previsto do anexo traseiro e a sua arquitetura sem dúvida irá desvirtuar o edifício original, mesmo o próprio material com que vai ser construído e vai arcar, e que é chapa de aço de cortem, o que irá criar um impacto visual esmagador e agressivo completamente na localidade em questão que, já por si, algo foi referenciado ali anteriormente, muito apertado numa zona de ruas, colocando, como diz o mesmo ditado, o Rossio na Petesga. Dentro daquelas condições, a CDU, obviamente, teria que votar contra, mais uma vez referindo não por não querer que a Casa da Cidadania não venha a ser criada, mas o local em que está a ser criado ou pelo menos aquele anexo em si, desvirtua completamente o edifício que é histórico, colocando uma arquitetura completamente alienada e diferente daquilo que está lá, sendo uma coisa muito esquisita. Mesmo com as plantas que foram enviadas naquele dia, não conseguiu encontrar nenhum corte transversal onde as casas envolventes sejam remetidas, onde dê para ter uma ideia das

alturas referentes a esse anexo comparativamente às habitações que se encontram na localidade.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para esclarecimentos às dúvidas suscitadas pelos senhores Deputados Municipais.-

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação declarou ter registado, naturalmente, as recomendações que foram feitas pelo senhor Deputado Diamantino Ruivinho, embora a principal razão que levou a que tivessem que avançar para aquela nova adjudicação foi, sobretudo, o desfasamento do preço, sendo que todas eram questões de pormenor, que o técnico também, quem fez a revisão do processo, as identificou, pois se fizessem uma nova revisão provavelmente encontrariam outras coisas que podiam estar menos bem, o fator essencial e primordial foi aquele que referiu e que foi o desajuste financeiro face à realidade atual. Ao senhor Deputado Municipal Alves Pinto disse que, seguramente, farão chegar os documentos do projeto de estabilidade e de todos os outros que entendessem como necessários, para uma boa compreensão do que é o projeto da Casa da Cidadania. Disse ainda que uma das razões que levou o município a avançar para aquela obra, para além da necessidade de reconhecerem de ter uma Casa da Cidadania, que faz parte de um projeto museológico, museográfico muito maior, sendo apenas mais um instrumento desse projeto museológico mais vasto, sobre o qual também já teve oportunidade de falar. Havia também a questão que era o de constatar que, nos dias de hoje, aquele edifício histórico onde funcionou o edifício da primeira Câmara Municipal, está perfeitamente desadequado daquilo que são as exigências para funcionar, pelo que têm que intervir nele porque já não têm condições para ter lá o quer que seja, pois as regras para um edifício público obrigam a terem de salvaguardar a questão da mobilidade e, como era sabido, não havia condições para fazer pelo interior um acesso ao piso superior, o que desde logo inviabiliza o edifício. Depois, há todas as questões de segurança com as saídas de emergência e explicou, para terem uma ideia, que estão a trabalhar nas MAPs para todos os edifícios municipais e quando chegaram àquele, viram que era verdadeiramente impossível, porque não se consegue sequer começar. Trata-se, de facto, de um edifício com história e vão procurar também com esse projeto relevar essa história que ele tem. Disse ainda que aquele edifício era uma igreja, a igreja da Nossa Senhora do Pêra Cruz que está completamente camuflado pelo outro edifício e pelo que foi feito, que foi prisão. Tem toda uma história que procuraram com aquele projeto salientar e colocar também essa própria história do edifício para que os lagoenses tenham conhecimento da mesma, porque no fundo conta-se ali um pouco da história de Lagoa e era todo esse projeto que querem fazer. Houve ainda quem dissesse que o alçado de tardo do prédio iria desvirtuar, mas quando olha ou qualquer lagoense olha para o alçado de tardo não vê nada e ainda bem, caso contrário veria uma panóplia de máquinas de ar-condicionado que, seguramente, não têm nada a ver com aquilo que é a traça do edifício. Se não tivessem ali as árvores o edifício já estava todo ele, do ponto de vista arquitetónico, do ponto de vista daquilo que é a sua história e a sua identidade, completamente desvirtuado, porque quem tiver o cuidado e for espreitar para além da última árvore, aquilo que vai ver é uma panóplia de máquinas de ar-condicionado e de ferros que nada têm a ver com a traça original do edifício. Assegurou estar perfeitamente salvaguardada nos alçados, no frontal e nos dois posteriores laterais, a história e o que foi aquele edifício, estando perfeitamente salvaguardado do ponto de vista arquitetónico. A opção que têm é avançar para aquela obra e intervenção ou então ficar com um edifício que não vai servir para coisa nenhuma, porque já não está capacitado para receber serviços públicos da forma como



estava, porque não cumpre a lei, nem tem condições para a cumprir sem uma intervenção de fundo no mesmo.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e, na ausência de mais intervenções, procedeu-se à votação do Sexto Ponto, tendo a proposta sido aprovada com quinze (15) votos a favor do Partido Socialista, cinco (5) votos contra, três (3) do PSD, um (1) do Chega, um (1) da CDU e quatro (4) abstenções, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e uma (1) do Bloco de Esquerda. Em seguida, e por se estarem a aproximar do limite do tempo regimentalmente previsto para a duração da sessão, questionou-se a Assembleia quanto à disponibilidade de prolongar a sessão por mais uma hora por forma a concluírem a Ordem do Dia, tratando os dois pontos em falta, nos termos do Artigo 26.º n.º 2 do Regimento. Uma vez que não se registou qualquer oposição, foi aprovada por unanimidade a proposta de prorrogação da sessão, nos termos do Artigo 26.º n.º 2 do Regimento.-----

7º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de prestação de serviços para transporte coletivo de passageiros em circuitos não definidos no valor global de 221.540,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 18.461,66 € no ano de 2022, 110.770,00 € no ano de 2023 e 92.308,34 € no ano de 2024;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação propôs, uma vez que o tema são os transportes iria juntar, caso assim o permitisse, e fazer a apresentação dos dois Pontos em simultâneo até porque era o mesmo assunto de transporte, embora de natureza diferente .-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou assim que a Mesa propunha como metodologia que aqueles dois Pontos, pela conexão entre si, fossem discutidos conjuntamente e votados em separado. Na ausência de discordância, a proposta metodológica apresentada pela Mesa foi aprovada por unanimidade.-

-----Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação explicando que o Sétimo Ponto era referente à aprovação da autorização prévia do compromisso plurianual para poderem contratar o serviço de transporte coletivo de passageiros, para continuarem a apoiar os clubes e as associações do concelho. Era uma despesa, mas julgava que todos reconheciam que resulta do trabalho que é feito no concelho, que felizmente têm uma atividade desportiva, sobretudo no segundo eixo que é o desporto de competição, relevante e com resultados e o facto de terem esses resultados levam muitas vezes a que, para além de terem de garantir os transportes das equipas na região, e aí era mais fácil porque as famílias podem dar uma ajuda sem grandes custos para as mesmas, sobretudo os jogos e as provas mais perto, mas a verdade é que grande parte das equipas, e destacou as modalidades que são as modalidades estratégicas como o badminton, em que, na maior parte das vezes, as provas têm de ser realizadas no centro de estágio, no Centro de Alto Rendimento das Caldas da Rainha, o que obriga a deslocações quase todas as semanas para as Caldas da

Rainha, com as equipas e os dois clubes do concelho que praticam a modalidade. Depois têm também a canoagem, tendo começado os Campeonatos do Mundo de Canoagem que são em Ponte de Lima, e cruzar o país de uma ponta à outra, era a realidade que tinham, são o interior, do sul e sempre que têm que fazer alguma competição nacional têm que atravessar o país todo quase. Têm o basquetebol também com resultados que tem alcançado e que também já está a disputar provas de âmbito nacional, o andebol também com extraordinários resultados que alcançou no ano anterior, com provas na Guarda, no Porto. E todas essas questões, os recursos próprios do município, os motoristas não conseguem, obviamente, dar resposta a toda essa necessidade que resulta desse trabalho que é feito e portanto, têm necessidade de tratar aquela prestação de serviços, com uma previsão até ao ano 2024. No Oitavo Ponto, levava à Assembleia com a penitência de ser uma proposta de ratificação, porque já tiveram que adjudicar a mesma, pois reconheceu ter havido um problema nos serviços e atempadamente não garantiram que o processo andasse a tempo de se poder fazer os transportes escolares, pelo que não restou outra hipótese se não usar aquela prerrogativa de que o Presidente tem que foi autorizar e depois levar à Câmara e trazer a esta Assembleia para que possa ser ratificado, porque se fossem cumprir e levar ali primeiro a autorização prévia, significaria que por aqueles dias não teriam transportes escolares para as crianças, pois o ano letivo já se iniciou há uma semana.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições para discussão e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----


-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** declarou que, dada a natureza do Ponto, e uma vez que era dirigente associativo com responsabilidades no cargo, pedia para ser excluído da votação do Ponto Sétimo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, registou o pedido e, em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** dizendo que, obviamente, era um bom sinal haver necessidade de transportes, que deviam apoiar e votar favoravelmente nos dois pontos, pois não tendo o município meios suficientes, tem que cumprir a sua obrigação, mas a primeira porque também era uma obrigação porque, de facto, aquilo que se disse antes do município ser um município com responsabilidades na área da cultura, do desporto e da educação, obviamente na área do desporto devesse ao dinamismo das associações. E disse terem que reconhecer sem complexos que há determinadas situações onde ter os meios é a forma mais eficiente de responder e, noutras situações, recorrer ao mercado e aos meios disponíveis é a forma mais inteligente e mais eficiente, pelo que não havia que ter traumas nenhuns em usar aquilo que em cada circunstância é o meio mais eficiente e, portanto, quer numa situação quer noutra, iriam votar favoravelmente.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou, seguidamente, se iria proceder à votação do Sétimo Ponto, tendo sido aprovada por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, atendendo ao pedido de escusa do Deputado Municipal da CDU, João Cabrita.-----





8º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22-08-2022, que aprovou a despesa plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso ajuste direto para prestação de serviços de transportes escolares em carreiras coletivas de passageiros – Ano letivo 2022-23, no valor global de 131.204,15 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 51.410,00 € no ano de 2022 e 79.794,15 € no ano de 2023;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou que se votaria o Oitavo Ponto, tendo este sido aprovado por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos favor, não havendo pedido de escusa para aquele Ponto. De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º 3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Boa noite a todos. Às 21:11 iniciou-se os trabalhos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, como ponto prévio, saudou todos os presentes, nomeadamente o Presidente, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistem à transmissão desta sessão através das plataformas digitais YouTube e Facebook do município, bem como da Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município que nos assistem tecnicamente e nos dão apoio nesta sessão, assegurando as necessárias condições técnicas operacionais e de funcionamento, bem como a transmissão em direto da mesma. De seguida, foram reforçadas as advertências de forma a garantir o bom decorrer dos trabalhos, bem como a recolha de áudio, tendo esclarecido que a gravação em suporte áudio destina-se a apoiar a elaboração da ata, bem como esclarecimentos aos cidadãos que intervêm nas sessões transmitidas devem no início da sua alocação manifestar autorização à Assembleia Municipal de Lagoa da utilização de registos de imagem, som e voz para efeitos de gravação áudio da sua intervenção para efeitos de transmissão em *streaming*. Declarando aberta a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 28 de setembro de 2022. Primeiro Período de Intervenção dos Cidadãos - O senhor Presidente da Assembleia informou que, conforme previsto nos prazos estabelecidos, deram entrada duas intenções de intervenção, dando a palavra às senhoras Aida Lima e Sara Vila, tendo de seguida o senhor Presidente e a senhora Vereadora Ana Martins respondido e esclarecido as questões suscitadas. Segundo Período Antes da Ordem do Dia - Leitura do expediente. O senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou que o expediente deu entrada entre a Assembleia Municipal de junho e a presente sessão foi distribuída via e-mail, pelo que foi dispensada a sua leitura por unanimidade. Substituição dos Deputados Municipais. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou e especificou que foi solicitado um pedido de substituição por parte do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, bem como os pedidos de substituição dos senhores Vereadores Francisco Martins, do Movimento Lagoa Primeiro e Mário Vieira do PSD, verificando-se a presença, respetivamente, do Vereador do Vítor Ruivinho e André Marques. Apreciação e votação das atas das sessões

anteriores. Ata número 8/2022 da primeira reunião da Sessão Ordinária de 29 de junho 2022 e ata número 9/2022 da segunda sessão Ordinária de 29 de junho 2022. Aberto o período de análise, correção e discussão de cada ata individual, nenhuma intervenção se verificou e, aberto o período de votação, as duas atas a número 8 e a número 9 de 2022 foram aprovadas sem votos contra. Intervenção dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações, bem como apresentações de assuntos gerais de interesse do município. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não cumprindo os prazos regimentais, nomeadamente dia 27 do 9 pelas 15 horas e 22 minutos e, por isso, não aceites pela Mesa para discussão e aprovação foram apresentados pelo Grupo Municipal do Chega uma moção e três recomendações, tendo a Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão sido notificada do despacho de não admissão, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal reforçado os timings regimentais: artigo 37.º n.º 2 do Regimento, 9 horas do dia útil anterior ao início da sessão. Dentro dos prazos regimentais deram entrada na Mesa as seguintes moções: moção Hospital Central do Algarve, apresentada pelo Deputado Municipal João Cabrita do Grupo Municipal da CDU. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate e verificaram-se três intervenções, uma do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD, uma do Deputado Municipal Luís Ribeiro do PS e uma do Deputado Municipal Jorge Ramos, do Bloco de Esquerda. Na ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, tendo sido reprovada com 15 votos contra do PS, um voto em abstenção do Chega, 8 votos a favor, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Bloco de Esquerda e um da CDU. O Grupo Municipal do PS informou que a sua declaração de voto será entregue posteriormente aos serviços da Assembleia Municipal. Moção pela tomada de medidas urgentes para combater o aumento do custo de vida, apresentado pelo Deputado Municipal João Cabrita da CDU. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate e verificaram-se quatro intervenções: uma do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD, uma do Deputado Municipal Carlos Ramos do PS, uma do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho do Movimento Lagoa Primeiro, uma do Deputado Municipal Jorge Ramos, do Bloco de Esquerda. Na ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a moção à votação, tendo a mesma sido reprovada com 18 votos contra, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, um voto em abstenção do Chega e 5 votos a favor, 3 do PSD, um do Bloco de Esquerda e um da CDU. O Grupo Municipal do PSD apresentou verbalmente a sua declaração de voto e que será entregue, posteriormente, aos serviços da Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Assembleia Municipal reforçou a entrada nos serviços da Assembleia Municipal dos mapas de suporte ao protocolo de colaboração de Ensinar a Sorrir para o desenvolvimento da componente de apoio à família, nos agrupamentos de escolas do concelho de Lagoa, para o ano letivo 2022-23, que integravam a documentação do Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos da sessão de Extraordinária de 21 de setembro, que a senhora Vereadora Ana Martins se comprometeu a remeter, documentos que foram hoje distribuídos nos serviços da Assembleia Municipal aos senhores Deputados Municipais. Abrindo-se, de seguida, o período de apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse do município verificaram-se dez intervenções por duas rondas, três por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, uma do Deputado Municipal José Alves Pinto e duas do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD, duas da Deputada Municipal Maria Alemão do Chega, uma do Deputado Municipal Jorge Ramos, do Bloco de Esquerda e três por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Luís Alberto, do Deputado Municipal Luís Ribeiro e do Deputado Municipal Joaquim João. Face à ausência de intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor




Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos às questões suscitadas. Terceiro Ponto da Ordem do Dia, Primeiro Ponto - Apreciação da informação escrita da atividade municipal e da situação financeira a 15 setembro de 2022. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate e verificou-se uma intervenção por parte do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta e esclarecimentos às questões suscitadas. Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação da situação financeira a 30 de junho. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção, análise e debate, não havendo nenhuma intenção de intervenção, uma vez que as que havia foram esgotadas no ponto Primeiro. Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, do Plano de Estratégia de Educação de Lagoa 2022-2026. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que delegou na vereadora Ana Martins que, por sua vez, delegou nas doutoras Sandra Generoso e Ana Paiva a apresentação e defesa do referido Plano Estratégico em causa. O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação precisa e concisa e abriu o período de intervenção, análise e debate e verificou-se uma intervenção por parte do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD. Face à ausência de mais intervenções, o ponto foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, 15 do PS, 3 do PSD, um do Chega, um do Bloco de Esquerda e um da CDU, 3 votos em abstenção do Movimento Lagoa primeiro. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apresentação e aprovação do projeto de alteração do regulamento do orçamento participativo. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que delegou na senhora Vereadora Ana Martins a defesa da proposta. Aberto o período de intervenção, análise e debate verificou-se uma intervenção por parte do Deputado Municipal Joaquim Cabrita do PSD, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal dado a palavra à senhora Vereadora Ana Martins para esclarecimentos e respostas. Face à ausência de mais intervenções, o ponto foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 23 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Chega e um do Bloco de Esquerda, um voto em abstenção da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apresentação do projeto de decisão de não adjudicação do Concurso Público da empreitada de requalificação e criação da Casa da Cidadania. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da proposta, que manifestou interesse de o fazer relativamente aos pontos Quinto e Sexto. O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou como metodologia a análise e debate dos pontos em conjunto e a votação do Sexto Ponto, metodologia que foi aprovada por unanimidade. Tendo sido aberto o período de análise e debate, verificaram-se quatro intervenções, duas do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e do Deputado Municipal Alves Pinto, uma do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, uma do Grupo Municipal da CDU, do Deputado Municipal João Cabrita. Face à ausência de intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos e respostas. Sexto Ponto – Apreciação e deliberação de autorização prévia do concurso plurianual do Concurso Público de execução de empreitada de requalificação e criação da Casa da Cidadania. Aberto o período de votação, o Ponto foi aprovado por maioria com 15 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 5 contra, 3 do PSD, um do Chega e um da CDU, e 4 votos em abstenção, 3 do Movimento Lagoa Primeiro e um do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do Regimento do artigo 26.º n.º 2 pôs à análise

e aprovação o prolongamento da Ordem de Trabalhos por mais uma hora e que foi aprovado por unanimidade. Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual do Concurso Público para a criação e prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros em circuitos não definidos. O senhor Presidente Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da proposta, que manifestou interesse de o fazer relativamente aos pontos Sétimo e Oitavo, tendo o senhor Presidente da Assembleia apresentado a proposta de metodologia de análise e debate dos pontos em conjunto e votação do Sétimo e Oitavo Pontos em separado, metodologia que foi aprovada por unanimidade. Aberto o período de análise e debate verificaram-se duas intervenções, uma da CDU, do Deputado Municipal João Cabrita, que pediu escusa de votação, que foi aceite, uma do Deputado Municipal do PSD Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intenções de intervenção, foi aberto o período de votação e o Sétimo Ponto foi aprovado por unanimidade com 23 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Chega e um do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos- Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da ratificação do despacho do senhor Presidente que aprovou a despesa anual relativamente ao ajuste direto de prestação de serviços transportes escolares e carreiras coletivas de passageiros. O Ponto foi posto à votação e o Oitavo Ponto foi aprovado por unanimidade com 24 votos a favor. Sendo meia-noite e dez minutos a sessão será encerrada.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade a ata em minuta. Deu-se, por fim, encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 28 de setembro de 2022.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1º Secretário,



Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato



A 2ª Secretária,



Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes